



FOTOS: ANA VOLPE/JS



Prateleira em supermercado de Brasília: para garantir a livre concorrência, uso da marca Kolynos foi suspenso após Colgate-Palmolive adquirir fabricante do creme dental

Senadores buscam consenso para nova lei de defesa da concorrência

páginas 6 e 7

Congresso vai examinar MP de socorro aos municípios

Abertura de crédito extraordinário no Orçamento e regras para repasse às prefeituras começarão a ser analisadas a partir de quarta-feira, quando o Executivo enviará um projeto de lei e uma medida provisória.

página 3

Três Poderes firmam pacto para facilitar acesso à Justiça

páginas 8 e 9

crise

Gerdau: "não competitividade onera produção"

página 5

economia

Senado corta 25% das despesas com passagens aéreas

página 13

e mais...

agora é lei	4
projetos aprovados	5
ambiente legal	10
resenha	14
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

Começou a valer a portabilidade para planos de saúde

Entrou em vigor na última quarta-feira a resolução que permite ao consumidor mudar de operadora de plano privado de saúde sem precisar cumprir novas carências. No *Especial Cidadania*, saiba quais contratos poderão ser beneficiados pela regra da portabilidade e como funciona o mecanismo.

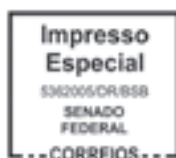
página 16



Exposição com 45 capas no Senado Galeria contou 14 anos de história do Legislativo e do país

Sarney recebe nº 3.000 do Jornal do Senado

página 12



agenda



Valter Pereira (acima) sugeriu que gastos das câmaras dos vereadores sejam fixados por lei complementar. Senadores pediram mais tempo para analisar relatório

CCJ pode votar nesta quarta gastos com câmaras municipais

PEC 47/08, conhecida como emenda paralela à PEC dos Vereadores, foi criada para discutir os limites de despesas sem comprometer a votação das regras sobre o número de representantes municipais

A proposta que altera os limites de gastos das câmaras de vereadores, fixados pelo artigo 29-A da Constituição, será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta semana. A PEC 47/08 é conhecida como emenda paralela à PEC dos Vereadores (20/08), que determina a criação de mais de 7 mil vagas de vereadores no país e foi aprovada pelo Plenário

em dezembro de 2008.

Na última quarta-feira, com o plenário da comissão lotado de suplentes de vereadores, a PEC chegou a entrar na pauta de votações. No entanto, como o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), entregou seu parecer no mesmo dia, sugerindo que os gastos das câmaras dos vereadores sejam fixados por lei complementar, vários senadores alegaram que precisariam de

tempo para analisar a proposta adequadamente, deixando a votação para esta quarta-feira, conforme sugestão de Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo César Borges (PR-BA), que foi o relator da primeira PEC, o importante é fixar uma data para a votação da matéria.

Quando a PEC dos Vereadores foi votada, César Borges apresentou voto favorável ao texto, suprimindo artigo que trata dos

gastos das câmaras municipais. Ele considerou então que a aplicação do dispositivo previsto na proposta representaria cortes que poderiam inviabilizar o funcionamento das assembleias. O artigo sobre os recursos foi destacado e transformado na discussão sobre os limites de despesas, sem comprometer a votação das regras sobre o número de vereadores.

memória

Os 25 anos da derrota da Emenda Dante de Oliveira

Na madrugada de 25 para 26 de abril de 1984, o movimento pela redemocratização do país sofreu seu maior revés. Nem a enorme mobilização popular gerada pela campanha Diretas Já, nem o fato de 84% dos brasileiros, segundo o Ibope, desejarem votar para presidente bastaram para evitar a rejeição, pela Câmara dos Deputados, da chamada Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições presidenciais diretas no país, prática interrompida pela ditadura militar de 1964.

A proposta recebeu 65 votos contrários e 298 favoráveis, 22 a menos que o necessário para a aprovação – 320 votos, dois terços da composição da Câmara. A alta abstenção – 113 deputados deixaram de comparecer ao Plenário – definiu o destino da emenda, que inseriu o nome de seu autor nos livros de história. O ex-deputado e ex-governador de Mato Grosso Dante de Oliveira faleceu em julho de 2006.

Apesar de terminar em frustração de expectativa (embora nos meios políticos o resultado fosse esperado), a Emenda Dante de Oliveira marcou época por ter catalisado um dos maiores – senão o maior – movimentos civis já verificados no Brasil. De janeiro a abril de 1984, os comícios das Diretas Já reuniram multidões nas praças das principais cidades do país. Segundo os dirigentes do movimento, no total 30 milhões de pessoas participaram dos atos públicos, nos quais se destacava a figura do governador mineiro Tancredo Neves, candidato natural à sucessão presidencial pelo PMDB, que aglutinava as forças políticas mobilizadas pela redemocratização.

CRIME ORGANIZADO

O projeto que trata da repressão ao crime organizado (PLS 150/06) será discutido em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça. Serão convidados o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, entre outros.

OBRAS DO PAC

A Comissão de Infraestrutura fará audiência pública para ouvir especialistas do Tribunal de Contas da União sobre a metodologia de fiscalização adotada pelo órgão, em especial em relação às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O debate foi sugerido pelo senador Fernando Collor (PTB-AL).

SETE DEBATES

As sete audiências públicas solicitadas e aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente, na última terça-feira, chegaram a preocupar Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da comissão. Ele pediu empenho e comparecimento às reuniões para que os debates sejam realizados "com bom e rápido resultado".

COMBUSTÍVEIS

Entre os sete debates aprovados pela Comissão de Meio Ambiente, está o que vai tratar da sistemática de formação de preços de combustíveis no país, o que vai discutir o mercado de cartões de crédito no Brasil e o que vai ter como tema a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), alvo de auditoria do TCU em 2008.

REFERENDO

A Comissão de Constituição e Justiça vai debater a proposta de emenda à Constituição (PEC 73/05), do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que prevê a adoção de um instrumento legal que permita à população, por meio de referendo, revogar os mandatos do presidente da República, de senadores e de deputados federais.

comissões

Quarta-feira

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Emissoras – A comissão analisa 48 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

9h30 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Agronegócio – Reunião vota pedido de debate sobre a definição de áreas de proteção permanente, o alcance territorial da legislação ambiental e as implicações para o agronegócio.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Câmaras – O primeiro dos 50 itens da pauta é a chamada PEC dos Vereadores, que aumenta o número de

vereadores nas câmaras municipais.

10h – EDUCAÇÃO

Universidades – Audiência pública sobre o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni). Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Amaro Henrique Pessoa Lins, e a secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, Maria Paula Dallari Bucci.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Programas sociais – Audiência pública com o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, a respeito das políticas e projetos do ministério ao longo de 2009.

14h – CPI DAS ONGs

Depoimentos – Foram convocados Fábio Rodrigues Rolim, do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro; Luiz Alceste Del Cistia Thonon e Nelson Antonio Pereira Camacho, do Instituto Uniemp; Cleônidas de Sousa Gomes, da MI Management; e Nair Queiroz Blair, da Angrhamazonica.

Quinta-feira

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Motoboy – Debate sobre o projeto que regulamenta as atividades dos profissionais que utilizam motocicletas em transporte de passageiros e entrega de mercadorias. Foram convidados os ministros das Cidades, Márcio Fortes; da Saúde, José Gomes Temporão; e da Justiça, Tarso Genro, entre outros.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Sigilo – Além da indicação de Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para o cargo de embaixador na

Indonésia, a comissão vota projeto que regulamenta a previsão, execução e controle de despesas de caráter sigiloso.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

Feriado

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa
Três MPs – A pauta está truncada por três medidas provisórias (MPs

449, 450 e 451), modificadas pelos deputados e transformadas em projetos de lei de conversão (PLVs 2, 3 e 4) que alteram a legislação tributária para amenizar os efeitos da crise financeira.

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

municípios



Liderados por João Coser (3º à esq.), prefeitos vão ao encontro de Lula pedir a troca do índice usado para calcular dívidas

Congresso começa a avaliar medidas de socorro às prefeituras

Segundo Romero Jucá, governo envia nesta quarta-feira projeto de lei e medida provisória para injetar R\$ 1 bilhão no Fundo de Participação

A ajuda federal de R\$ 1 bilhão aos cofres municipais começa a ser analisada pelo Congresso a partir desta quarta-feira, quando chegam o projeto de lei de abertura do crédito extraordinário ao Orçamento deste ano e a medida provisória com as regras de repasse do dinheiro que irá compensar a perda das prefeituras com a diminuição do fundo de participação (FPM). A informação foi transmitida, na sexta-feira em Plenário, pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Medidas de enfrentamento da crise como essas, que vão sustentar o caixa principalmente dos pequenos municípios que têm no FPM e nos repasses do ICMS estadual suas principais fontes de receita, irão garantir que a economia brasileira não entre em recessão e possa crescer entre 1,5% e 2,5% em 2009, pelos cálculos que o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, apresentou aos integrantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), reunidos semana passada em Brasília.

Os secretários de Finanças das capitais e dos municípios das regiões metropolitanas também concluíram que as receitas municipais poderão apresentar aumento este ano ou no mínimo repetir

o desempenho de 2008, segundo relato do secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre. Tanto o Ipea quanto a FNP, entidade municipal mais alinhada ao governo, apostam na recuperação econômica no segundo semestre.

Para isso, a ordem dentro do governo é não faltar ajuda às prefeituras e aos estados, que devem contar com linha de crédito especial de R\$ 4 bilhões para atenuar as perdas no seu fundo de participação (FPE) e repasse antecipado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb). O pacote de auxílio às prefeituras, anunciado na última segunda-feira (*ver nessa página*), já obteve apoio de vários senadores, entre eles Osmar Dias (PDT-PR), Ideli Salvatti (PT-SC) e Gim Argello (PTB-DF).

No entanto, só a recomposição do FPM ao patamar de 2008, quando atingiu R\$ 51,3 bilhões, segundo Jucá, não será suficiente para aliviar o caixa das prefeituras. A do Guarujá (SP), por exemplo, conseguiu renegociar R\$ 330 milhões de dívidas com o INSS em 240 parcelas, de acordo com as regras da MP 457, que se encontra na Câmara. Mas a prefeita Maria Antonieta de Brito (PMDB) já avisou que sem reduzir os encargos a dívida tende a se tornar impagável.

A substituição da taxa Selic (que está em 11,5% ao ano) pela Taxa de Juros de Longo Prazo (em 6,25% ao ano) no cálculo das dívidas já existentes tornou-se uma das principais reivindicações das prefeituras. O novo presidente da FNP, João Coser (PT), prefeito de Vitória (ES), levou o pleito ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última quinta-feira.

Jucá informou no dia seguinte que o governo está discutindo ajustes na MP 457.

— O que o governo não aceita é a tese da moratória. Mas é sensível às dificuldades de prefeitos que herdaram dívidas de mandatos anteriores — afirmou Alexandre Padilha, subchefe de Assuntos Federativos da Presidência, após a posse da nova diretoria da FNP, da qual também participaram os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Magno Malta (PR-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Padilha sinalizou com a possibilidade de o governo aceitar a revisão da taxa de juros, mas disse haver resistência à proposta dos prefeitos, encampada pela relatora da MP, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), de estabelecer prazo de carência para o pagamento da dívida com o INSS. Ela deve se reunir com integrantes do governo nesta semana. Os prefeitos também estão mobilizados para garantir que a Câmara apresse a votação da chamada PEC dos Precatórios, sem qualquer alteração no texto aprovado no Senado.

Aumento do FPM beneficiará tanto pequenas quanto grandes cidades

Enquanto o município mineiro de Pitangui, com 25 mil habitantes, perdeu 18% dos recursos do fundo de participação no primeiro trimestre deste ano, em relação aos três meses do ano passado, a capital pernambucana, Recife, registrou redução de 6,5% na comparação do mesmo período. Esses dois exemplos mostram bem a diferença do impacto da crise e das desonerações fiscais sobre os cofres municipais.

De um modo geral, as prefeituras menores sofrem mais com a perda do FPM. No caso de Pitangui, o fundo é a segunda fonte, logo atrás do ICMS repassado pelo governo estadual. Para não atrasar os salários do funcionalismo, o prefeito Evandro Rocha Mendes (PT) teve que cortar gastos. A escola de inclusão digital do município, em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia, foi concluída, mas não pode funcionar. “Ela custaria de R\$ 4 mil a R\$ 6 mil por mês, quantia que a

prefeitura não pode dispor”, diz Mendes. Outra providência foi suspender o transporte de jogadores para o campeonato de futebol rural.

Apesar dessas diferenças, o governo preferiu não se indispor com os prefeitos das cidades maiores. Na última segunda-feira, anunciou a abertura de crédito extraordinário de R\$ 1 bilhão para recompor os recursos do FPM ao mesmo patamar de 2008, quando a crise ainda parecia distante do Brasil. A primeira parcela, referente ao primeiro trimestre, deverá ser liberada cinco dias após o Congresso aprovar o projeto de lei e a MP que especifica a metodologia para o repasse. A partir de abril, segundo o governo, as liberações serão mensais até o dia 15 do mês subsequente.

Outra medida foi estender o programa habitacional de 1 milhão de moradias populares, intitulado Minha Casa, Minha Vida, para os municípios com menos de 100 mil habitantes.

MP flexibiliza exigências para assinatura de convênios municipais

Começou a tramitar no Senado na última quarta-feira o projeto de lei de conversão (PLV 04/09) que altera a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). O relator será Marconi Perillo (PSDB-GO) e, como o prazo de tramitação se esgotou, a matéria já tranca a pauta.

O texto aprovado na Câmara no último dia 7, que modificou a Medida Provisória 451/08, incluiu na última hora, com apoio do próprio governo, a mudança do rito que caracteriza a inadimplência das prefeituras junto ao Cadastro Único de Convênios (Cauc) — sistema que consolida em um único lugar a verificação de toda a documentação exigida dos beneficiários de transferências voluntárias da União para formalizar os convênios.

De acordo com o subchefe de Assuntos Federativos da Presidência, Alexandre Padilha, o município passará a ter prazo de 45 dias, após ser notificado, para resolver suas pendências, como atraso no recolhimento de contribuições previdenciárias. Durante esse período, o município não estará impedido de fechar novos convênios e contratos. Além disso, continuou Padilha, o Cauc não poderá mais ser exigido para o pagamento da obra ou da atividade.

— Estaríamos penalizando a empresa que está executando a obra e não o município — explicou.

A proposta recebeu críticas do PSDB na Câmara, que vê afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A MP acrescenta duas alíquotas à tabela do IRPF: 7,5%, que incide sobre a faixa do rendimento entre R\$ 1.434,60 e R\$ 2.150, e 22,5%, para a faixa que vai de R\$ 2.866,71 a R\$ 3.582. As regras estão em vigor desde 1º de janeiro e a estimativa de renúncia fiscal com as novas alíquotas é de R\$ 5 bilhões por ano. O PLV mantém o reajuste de 4,5% na tabela do IR,

prevista na Lei 11.482/07.

As normas para pagamento de indenização pelo seguro obrigatório de veículos (DPVAT) foram alteradas para evitar fraudes e reequilibrar as contas do sistema, administrado por seguradoras privadas. Casos de lesão ou perda de partes do corpo respeitarão tabelas que reduzem o valor de 10% a 70%. O pagamento por invalidez permanente continua em R\$ 13,5 mil para perda da visão ou perda anatômica ou funcional de membros. Despesas hospitalares serão reembolsadas em até R\$ 2,7 mil, exceto quando forem bancadas pelo SUS.

Mudança está no projeto que cria alíquotas no Imposto de Renda

comissões

Psicólogo e assistente social na escola pública

CAS aprova projeto que garante ao aluno direito de ser assistido por equipe multidisciplinar vinculada à escola e encarregada de favorecer o aprendizado

Os alunos da educação básica da rede pública poderão ter à disposição os serviços de psicólogos e assistentes sociais, conforme projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira. A equipe multidisciplinar deverá ser vinculada à escola e, se necessário, contará com a participação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pelo projeto (PLC 60/07), os serviços serão prestados nas redes públicas de educação básica de acordo com as necessidades e prioridades definidas na política de educação. Caberá às equipes multiprofissionais desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, o que deverá ser feito com a participação da comunidade escolar. Esses profissionais deverão também servir de

mediadores nas relações sociais e institucionais.

Para realizar o trabalho, psicólogos e assistentes sociais terão de levar em conta o projeto



Rosalba Ciarlini, presidente da comissão: proposta aprovada leva em conta a educação para cidadania e paz

político-pedagógico dos estabelecimentos de ensino, além das necessidades específicas de desenvolvimento do aluno. Os sistemas de ensino terão o prazo de um ano para fazer as devidas adaptações.

A proposta vai agora ao exame do Plenário, com pedido de urgência apresentado pelo relator, Flávio Arns (PT-PR). A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), elogiou a iniciativa, por considerar que ela abrange o sentido amplo da educação, com vistas à formação do cidadão e à cultura de paz.

A CAS aprovou ainda a realização de audiências públicas sobre o emprego no Brasil e sobre a regulamentação da profissão de comerciante.

Estudantes canhotos poderão ter carteiras apropriadas

Os estudantes canhotos – que representam aproximadamente 10% do total dos alunos brasileiros – poderão ter direito a carteiras escolares adequadas a suas necessidades em todas as salas de aula da rede escolar pública. A medida



Augusto Botelho, relator

consta de projeto (PLS 305/08) do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) aprovado na terça-feira pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

As escolas brasileiras ainda possuem “número insignificante” de carteiras destinadas a alunos que escrevem com a mão esquerda, segundo o relator, Augusto Botelho (PT-RR), ele próprio pai de dois canhotos. Na sua opinião, a aprovação da proposta ajudará a escola

a se tornar “mais democrática”, por garantir as mesmas condições a canhotos e destros.

O presidente da CE, Flávio Arns (PT-PR), apoiou a iniciativa, mas criticou o uso de carteiras que permitem escrever com apenas uma das mãos – e não de mesas, mais confortáveis – pelos alunos do ensino fundamental. A mesma ressalva foi feita por Paulo Paim (PT-RS). O projeto será ainda examinado, em caráter terminativo, pela Comissão de Direitos Humanos.

A pedido de Marconi Perillo, a CE realizará audiência pública sobre a prova realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conhecida como Exame de Ordem.

CDH pede a Yeda Crusius reabertura de escolas do MST

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) solicitou à governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, o retorno imediato das aulas nas oito escolas itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os colégios foram fechados em cumprimento a termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público estadual e o governo gaúcho. A comissão também pediu à governadora a revogação do termo, que determinou a transferência dos alunos para a rede pública de ensino.

As decisões foram tomadas logo após audiência pública sobre o caso conduzida pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).



Marco Maciel se inspirou na experiência da área médica para propor período de estágio diferenciado para professor da educação infantil e fundamental

Residência educacional depende de definição de fonte de recurso

Professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental poderão passar por uma residência educacional após sua formação em cursos de pedagogia ou licenciatura. Essa capacitação está prevista em projeto (PLS 227/07) do senador Marco Maciel (DEM-PE) analisado em audiência pública, na quarta-feira, pela Comissão de Educação (CE).

Maciel explicou ter-se inspirado na residência médica, que apontou como avanço na formação dessa categoria. Pelo projeto, a residência educacional terá carga horária mínima de 800 horas e, dois anos depois

de implementada, passará a ser exigida de professores dos dois anos iniciais do ensino fundamental.

Apesar de elogiar a iniciativa, representantes do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, participantes do debate, ponderaram que a implementação depende de definição de fonte de recursos para custear bolsas de estudo para os professores residentes e da negociação de uma política nacional de formação, com envolvimento de estados e municípios.

Cristovam: boa universidade só com bom ensino básico

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que as universidades federais se envolvam no movimento em defesa de uma educação básica de qualidade para todos.

– O grande salto da universidade ocorrerá quando todos os seus alunos tiverem tido um ensino médio de alta qualidade – disse Cristovam em audiência pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Ronaldo Pena, pediu o fim dos entraves burocráticos à pesquisa.

– Precisamos definir se vamos só importar ou também gerar tecnologia – afirmou.

Serys prega união no combate à violência contra a mulher

A violência doméstica contra as mulheres está ligada ao modelo patriarcal da sociedade brasileira, à dependência financeira das mulheres e à falta de estrutura para que elas denunciem as agressões. Essa foi a avaliação das participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos realizada, na quarta-feira, por iniciativa de Serys Slhessa-renko (PT-MT).

– Se somos 52% da população brasileira, e os outros 48% são nossos filhos, é preciso que nós, homens e mulheres, juntemos nossas forças e façamos realmente o compromisso de lutar contra a violência – disse Serys.

agora é lei

Serra da Meruoca, no Ceará, torna-se área de proteção ambiental

A Serra da Meruoca, situada ao norte do Ceará, conhecida por sua beleza natural, quedas d'água, riachos, trilhas e clima agradável, foi transformada em área de proteção ambiental (APA) pela Lei 11.891/09. A nova legislação vai permitir proteção da flora e da fauna de 608 hectares da serra, situada a 18 quilômetros da cidade de Sobral e a 257 quilômetros de Fortaleza. A partir de agora, serão

adotadas medidas para melhorar a qualidade de vida da população, disciplinar as atividades desenvolvidas na área, ordenar o turismo e despertar as crianças para a educação ambiental. Hoje, mais de 40% das vertentes da serra encontram-se em processo de degradação. Desmatamento, queimadas, extração de granito, uso de agrotóxicos, lixo e assoreamento de riachos são alguns dos problemas.

Foram vetados dois dispositivos da lei por existirem duas cidades incluídas nos limites da APA: o que proibia a implantação de projetos de urbanização, realização de obras de terraplanagem, atividades agrícolas e abertura de estradas e de canais; e o que vedava o despejo, nos cursos d'água abrangidos pela APA, de quaisquer efluentes, resíduos ou detritos.

A justificativa dos vetos é de que essas

proibições poderiam criar entraves para a gestão de infraestrutura e serviços urbanos.

A proposta que deu origem à lei, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), contou com a participação de prefeitos, parlamentares e pesquisadores da Universidade Estadual Vale do Acaraú, da Fundação Cepema e da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace).

economia

LDO prevê crescimento de 4,5% e salário mínimo de R\$ 506 em 2010

O governo prevê que o país crescerá 4,5% em 2010, com uma inflação também de 4,5%. De acordo com os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Fazenda, Guido Mantega, essas são as taxas previstas no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) entregue ao Congresso na quarta-feira. O dólar se manterá ao longo do ano na média de R\$ 2,29, enquanto o barril do petróleo será negociado pelo preço mé-

dio de US\$ 56,06. A taxa básica de juros (Selic) registrará no ano que vem uma média de 10,21%. O governo informa ainda que manterá sua política de reajustes reais para o salário mínimo, prevista em projeto que tramita na Câmara (PLC 42/07). Com isso, o salário mínimo subirá dos atuais R\$ 465 para R\$ 506,50 em janeiro de 2010. Até lá, o piso sofrerá pequenos reajustes, em razão da inflação dos próximos meses.

RELATORES DO ORÇAMENTO

Os líderes partidários da Comissão Mista de Orçamento (CMO) confirmaram o nome do senador Efraim Morais (DEM-PB) para a relatoria de Infraestrutura do projeto de lei orçamentária anual de 2010. Para a relatoria da área de Integração Nacional e Meio Ambiente, foi anunciada a escolha do deputado federal Antônio Andrade (PMDB-MG).

CRE pede informações ao governo sobre adesão da Venezuela ao Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) decidiu pedir ao governo informações sobre as negociações para a adesão da Venezuela ao Mercosul. No primeiro debate sobre o assunto, na quinta-feira, os senadores discordaram com relação à questão. A maior preocupação é com o presidente do país, Hugo Chávez, lembrado por Fernando Collor (PTB-AL) por ter chamado há dois anos o Senado de "papagaio" dos

Estados Unidos. Heráclito Fortes (DEM-PI), João Tenório (PSDB-AL) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) concordaram com Collor, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Romero Jucá (PMDB-RR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS), José Nery (PSOL-PA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Renato Casagrande (PSB-ES) defenderam a adesão.

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS

O pedido de autorização judicial para doação de órgãos para transplante em pessoa que não seja cônjuge ou parente do doador só será aceito pelo juiz se acompanhado de laudo assinado por dois médicos especialistas membros de equipe de transplantes cadastrada no Ministério da Saúde. É o que prevê o PLC 84/02, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

SAQUE DO PIS/PASEP

Os portadores de doenças graves poderão sacar o saldo de suas contas no PIS-Pasep. É o que propõe projeto (PLS 432/08) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. O projeto ainda deverá passar pelo Plenário do Senado.

SUBCOMISSÃO DO IDOSO

O senador Paulo Paim (PT-RS) foi eleito para a presidência da Subcomissão Permanente do Idoso, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A vice-presidência será exercida pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

projetos aprovados

De 13 a 17 de abril

➔ **PLS 51/06** – Do então senador José Jorge, define regras para a apresentação de pedidos de intervenção federal nos estados e no Distrito Federal. Aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça, segue para a Câmara dos Deputados.

➔ EMBAIXADORES

O Plenário aprovou na quarta-feira cinco indicações de embaixadores do Brasil: Roberto Campos Tarisse da Fontoura, para o Líbano; Paulo Wangner de Miranda, para Granada; Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, para Barbados; Orlando Galvêas Oliveira, para a República de Camarões; e Carlos Soares Luz, para a Tanzânia.

➔ **PLS 209/07** – Substitutivo de Delcídio Amaral (PT-MS) a projeto de Eliseu Resende (DEM-MG) dispõe sobre a construção de eclusas em hidrovias. Aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Infraestrutura, segue para a Câmara.

Gerdau aponta custo da "não competitividade"

Tributação excessiva, demora nas reformas tributária e trabalhista, burocracia e infraestrutura deficiente prejudicam exportações

Ao expor uma visão empresarial sobre o impacto da crise financeira mundial no Brasil, em audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Acompanhamento da Crise, na terça-feira, o presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau, lamentou que o país não tenha o hábito de calcular o custo da "não competitividade" sobre o setor produtivo.

Esse prejuízo à competitividade, na sua opinião, decorre da tributação imposta às exportações; da demora na aprovação de reformas estruturais, como a tributária e a trabalhista; e dos

investimentos precários do poder público em infraestrutura.

Gerdau creditou à falta de competitividade a permanência do Brasil como exportador de matéria-prima em detrimento de produtos manufaturados.

Como empresário do ramo siderúrgico, de cadeia produtiva mais longa, ele afirmou ter testemunhado as dificuldades decorrentes da burocracia estatal, da tributação pesada sobre imobilizados e energia elétrica, dos encargos financeiros incidentes sobre o capital e da oneração da folha de pagamento dos funcionários.

– Em cenário de crise, essa não competitividade brasileira

vem à tona e atrapalha nossa participação no mercado externo – afirmou.

Os senadores presentes à reunião respaldaram as reivindicações do empresário, que propôs a criação de uma comissão com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, de empresários e trabalhadores e dos governos estaduais para traçar estratégias de retomada da competitividade, principalmente no setor exportador.

O primeiro a apoiá-lo foi Aloizio Mercadante (PT-SP), para quem essa comissão precisa trabalhar em três frentes: desoneração dos investimentos, das exportações e do emprego.



Gerdau: proposta de comissão para traçar estratégias de retomada da competitividade apoiada por Garibaldi e Dornelles

Reis Velloso entrega a Sarney proposta contra a crise

Ministro do Planejamento nos governos Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, o economista João Paulo dos Reis Velloso entregou ao presidente do Senado, José Sarney, um plano de ação contra a crise financeira internacional. O documento elaborado pelas associações Fórum Nacional – coordenada por Reis Velloso – e Cúpula Empresarial, que reúnem economistas, cientistas políticos e sociólogos, oferece

sugestões para a modernização da economia brasileira.

O ex-ministro disse que o estudo foi elaborado a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e apresentado aos Poderes Executivo e Judiciário. O mais importante nesse texto, segundo o economista, é a sugestão de que o poder público defina uma estratégia para fazer o Brasil enfrentar a depressão econômica que angustia o mundo.

– A primeira frente é definir como objetivo não fazer recessão e tentar alcançar este ano um crescimento de 2%. Para dar credibilidade a esse objetivo, você precisa tomar ações de curto prazo, prevendo crédito, contendo a vulnerabilidade externa, que já existe, contendo gastos de custeio e, por outro lado, adotando ações para aproveitar oportunidades – recomendou Reis Velloso.

Transporte rodoviário amplia custo de agronegócio

O transporte deficiente aumenta os custos do agronegócio e diminui a competitividade do Brasil, afirmou o consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antonio Fayet, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura que discutiu o sistema de transporte de cargas. Países com grandes territórios, como China e Estados Unidos, ressaltou o diretor da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Bruno Batista, priorizam o transporte ferroviário e aquaviário, ao contrário do Brasil – em que predomina o transporte rodoviário, apesar de apenas 25% das estradas estarem em boas condições. Para o vice-presidente da comissão, Eliseu Resende (DEM-MG), é preciso investir simultaneamente no agronegócio e na infraestrutura e combinar todas as modalidades de transporte para aumentar o lucro das exportações brasileiras.

Especialistas defendem produção de fertilizantes

Seis especialistas de diferentes órgãos ligados à agricultura e um só parecer: é preciso buscar alternativas viáveis para aumentar a produção de fertilizantes no país a preços competitivos e, assim, salvar os agricultores dos altos preços internacionais, que desestimulam a produção interna.

A conclusão foi tirada em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizada com o objetivo de discutir alternativas para a redução dos preços e, principalmente, da dependência externa dos fertilizantes e insumos químicos.

Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da CRA, sugeriu a criação de uma *holding* para a produção de fertilizantes, reunindo a Petrobras, o setor privado e demais empresas que atuam na área.

negócio

Novo sistema de defesa da concorrência nas mãos do Senado

Aprovado pela Câmara e pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o projeto que reestrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência terá seu mérito discutido na

Comissão de Assuntos Econômicos. A proposta altera as relações e atribuições dos órgãos públicos envolvidos na questão. A meta é criar um ambiente de negócios mais dinâmico, competitivo e justo,

principalmente para o consumidor. Especialistas e senadores, no entanto, divergem quanto à capacidade do projeto do Executivo de alcançar seus objetivos.

Governo busca o consenso, mas oposição quer mais tempo

Governo e oposição são a favor de um "texto consensual" para o projeto da nova lei de defesa da concorrência, mas não sem um debate aprofundado. O projeto (PLC 6/09), que trata da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, foi discutido na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– A rapidez com que o governo quer aprovar essa matéria é igual ao desejo de consenso – afirmou o líder do governo e relator na CAE, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Uma análise da proposta foi pedida pelos senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), que disse ter percebido opiniões divergentes entre os especialistas ouvidos pela CAE sobre a restrição à atuação do Ministério Público e à possibilidade de interferência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nas agências reguladoras.

Por sua vez, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionou os superpoderes atribuídos ao superintendente-geral do Cade, cargo que substituirá o de presidente, e a nomeação de conselheiros provisórios sem a aprovação do Senado.

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o superintendente seja escolhido entre funcioná-

ria da República em Brasília; Mauro Grinberg, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac); Ronaldo Sardenberg, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Gesner Oliveira, ex-presidente do Cade e atual presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Depois da CAE, o projeto será votado nas comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e, então, em Plenário. Se alterada, a proposta voltará a Câmara.

Pontos polêmicos do novo sistema

O presidente do Cade negou que o projeto dê superpoderes ao superintendente. Disse que as decisões monocráticas já são a prática em 90% dos processos, por economia de recursos e tempo, mas que a nova lei dará a qualquer cidadão e ao Ministério Público o poder de requerer a continuidade de uma investigação.

Sobre os conselheiros provisórios, Badin observou que serão casos raríssimos, apenas para permitir a continuidade dos trabalhos.

– Esse projeto é muito bom e nos coloca no patamar das legislações de concorrência mais avançadas no mundo – disse.

Ele negou ainda que o Cade vá interferir no poder das agências reguladoras, como afirmou Sardenberg. Conforme Badin, o conselho encaminhará parecer sobre negócios de empresas de telecomunicações, mas a agência poderá considerá-lo ou não. Sardenberg concordou em reexaminar seu ponto de vista se esclarecido sobre como os pareceres serão analisados.

José Elaeres afirmou que o Ministério Público não pode ficar como "mero" autor de pareceres, devendo ter o poder de requerer diligências e providenciar provas.



ANA VOLPE/JS



JONAS PEREIRA

Presidida por Garibaldi Alves (C), a CAE ouviu o procurador José Teixeira (ao microfone) e os presidentes do Cade, Arthur Badin, do Ibrac, Mauro Grinberg, e da Anatel, Ronaldo Sardenberg. O sistema de concorrência poderá até impedir fusões, como aconteceu no caso Nestlé-Garoto (cima). Jucá acredita em consenso, enquanto Jereissati (D) quer análise sem pressão



LEOPOLDO SILVA



MARCIA VALLINIE

Fusões e aquisições poderão ser previamente autorizadas

O PLC 6/07, que está na CAE, tem 129 artigos e atinge toda empresa brasileira ou estrangeira que opere no país. A maior inovação é o controle prévio, ou seja, os negócios que envolvem grandes empresas, como fusões e aquisições, que só poderão ser realizados depois de autorizados pelo Cade. Atualmente as empresas fazem o negócio e depois o submetem ao conselho.

O projeto define que o sistema brasileiro de defesa da concorrência será composto pelo Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae).

Com relação à ação do Estado contra as condutas empresariais que busquem eliminar a concor-

rência, também conhecida como análise das infrações à ordem econômica, o projeto traz duas inovações:

- a prescrição do processo, no caso de paralisação por três anos; e
- a decisão discricionária do superintendente quanto ao tipo de processo que a denúncia de infração pode gerar. Caso ele escolha por um procedimento e decida, em seguida, arquivar a denúncia, sua decisão é irreversível. Se a opção for por um inquérito, é admitida a avocação pelo tribunal administrativo, mas o interessado não poderá recorrer. Apenas se o superintendente determinar um processo administrativo a denúncia será obrigatoriamente encaminhada ao tribunal para julgamento.

O projeto também muda os critérios para a submissão ao Cade dos negócios de aquisição, fusão, *joint ventures* etc., chamados atos de concentração econômica, estabelecendo que devem ser submetidas ao conselho as operações em que, cumulativamente:

- pelo menos uma das empresas ou grupos envolvidos tenha faturamento bruto anual de R\$ 400 milhões ou mais; ou
 - haja outro grupo ou empresa com faturamento igual ou superior a R\$ 30 milhões.
- Hoje devem ser levados ao Cade os negócios que envolvam pelo menos uma empresa com faturamento anual de R\$ 400 milhões, ou que da operação resulte grupo ou empresa com participação de 20% ou mais no mercado brasileiro.

Cade continuará principal órgão

O sistema brasileiro de defesa da concorrência passa a ser composto pelo Cade e pela Seae, de acordo com o PLC 6/09. O Cade é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça e um tribunal administrativo cujas decisões só podem ser revistas pelo Poder Judiciário. Com o projeto, o Cade, hoje composto por um presidente e seis conselheiros nomeados pelo presidente da República depois de aprovados pelo Senado, passará a ter um tribunal administrativo, uma superintendência geral e um Departamento de Estudos Econômicos.

De forma genérica, pode-se afirmar que o tribunal assume as atuais atribuições do plenário do Cade, que são as de julgar os processos administrativos de infração à ordem econômica e de analisar atos de concentração econômica.

A superintendência geral, por sua vez, assume as atribuições da atual Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, no que se refere à defesa da concorrência. São poderes para iniciar processos – ou

arquivá-los, com possibilidade de revisão pelo tribunal –, conduzir investigações e propor sanções a serem aplicadas pelo tribunal. O objetivo é colher provas de infração à ordem econômica ou de danos derivados de concentrações empresariais.

Junto ao conselho também funcionará uma procuradoria federal especializada, para assessoramento jurídico ao Cade. Já a Seae passa a exercer a advocacia da concorrência, com ampla possibilidade de opinar sobre normas e políticas em vigor, em especial naquilo que envolva atribuições das agências reguladoras. O Departamento de Estudos Econômicos desempenhará função técnica, sem que seu titular, o economista-chefe, tenha poderes decisórios.

O Ministério Público Federal, que atua junto ao Cade, continua com a atribuição de emitir parecer em processo administrativo que apure infração à ordem econômica, mas foi suprimida a sua participação nos demais tipos de processo administrativo, em especial nos atos de concentração econômica.

Análise da Consultoria do Senado

Vantagens

Mais rapidez, em razão

- da união das funções de instrução dos processos administrativos numa mesma entidade
- da extinção das férias coletivas, que antes suspendiam os prazos processuais
- da dispensa da exigência de elaboração de pareceres jurídicos e econômicos – que passam a ser opcionais
- do poder do superintendente-geral de decidir sozinho pela aprovação de negócios (como cabe recurso e o próprio tribunal poderá avocar o processo, não há risco)
- da criação do Departamento de Estudos Econômicos no próprio Cade, antes função da Seae

Modernidade

- a adoção do controle prévio dos negócios – fusões, aquisições, incorporações etc. – coloca o Brasil no nível dos melhores sistemas

internacionais e impede prejuízos resultantes do desfazimento, a mando do Cade, de união empresarial já concluída

Autonomia

- os mandatos de quatro anos sem recondução e não coincidentes do presidente e dos conselheiros
- o tribunal poderá exigir colaboração de outros órgãos e entidades federais, independentemente de convênio
- a Seae passa a ter amplos poderes para opinar sobre atos de órgãos públicos ou privados e projetos em tramitação no Congresso e para elaborar estudos e denunciar ao órgão competente ato normativo de caráter anticompetitivo
- transferência das atribuições da Anatel de investigar infrações à ordem econômica e de analisar os negócios no setor de telecomunicações para o Cade

Desvantagens

Menos independência

- redução do quórum para instalação do plenário do Cade de cinco para quatro membros
- nomeação de servidor do Cade, sem aprovação do Senado, para o período de vacância dos cargos de conselheiro e superintendente-geral
- nomeação do procurador-chefe sem aprovação do Senado
- dispensa de sorteio para escolha do conselheiro-relator nos casos em que o tribunal avocar inquéritos arquivados e negócios aprovados pelo superintendente-geral

Burocracia

- prazo excessivo (240 dias) para autorização prévia para realização do negócio analisado – nos países desenvolvidos é de 60 dias, prorrogáveis por mais 60

Superpoderes

- exigência de que o tribunal outorgue ao superintendente-geral a função de providenciar e fiscalizar o cumprimento de suas decisões
- proibição de interposição de recurso perante o tribunal contra o arquivamento de denúncias pelo superintendente-geral
- permissão para que o superintendente-geral celebre acordo sobre o negócio em análise
- redução do papel do Ministério Público

Federal, que passa apenas a emitir pareceres em processo que apure infração à ordem econômica, quando hoje ele pode emitir parecer em qualquer tipo de processo

- regra de sigilo excessiva – o sigilo dos processos deve ser exceção, não a regra
- denúncia feita pelo Congresso, ou qualquer das suas Casas, resultará apenas em inquérito administrativo, que pode ser arquivado pelo superintendente-geral, e não em processo, que deve ser examinado pelo tribunal

Retrocessos

- não faz sentido o Cade ter o poder de exigir que o MPF proponha ação judicial para que sejam cumpridas suas decisões se o conselho dispõe de uma procuradoria para essa função
- restrição na atuação do Ministério Público, que já não poderá propor ação civil pública contra atos que ferem a economia popular
- regra transitória que posterga, indefinidamente, a adoção do controle prévio dos negócios no Brasil
- previsão de aprovação de negócios que gerem eficiência econômica, ainda que eliminem de forma grave e substancial a concorrência
- descriminalização de condutas contra a ordem econômica, como, por exemplo, práticas de exclusividade, boicotes a concorrentes e, principalmente, preços excessivos

Decisões para proteger o mercado consumidor

Para evitar que uma mesma empresa (monopólio) ou um pequeno grupo delas (oligopólio) tenha uma fatia de mercado tão expressiva que impeça a concorrência, as fusões, aquisições e outros negócios envolvendo empresas com faturamento superior a R\$ 400 milhões ou participação no mercado brasileiro maior ou igual a 20% devem obrigatoriamente ser levados ao Cade, ao qual cabe decidir, sempre em benefício do consumidor, se os negócios

podem ou não se realizar.

Uma das decisões mais conhecidas foi a compra da Kolynos pela Colgate-Palmolive, por US\$ 1 bilhão. Na época, concorrentes recorreram ao Cade alegando que, juntas, as companhias passariam a deter 52% do mercado brasileiro de higiene e beleza, sendo que a Colgate ficaria com incríveis 79% do setor de higiene bucal. Veja esta e algumas das mais conhecidas decisões do Cade.

Creme dental teve que sair do mercado

Data	Negócio	Decisão do Cade
1994	Aquisição da siderúrgica Pains pela Gerdau	Proibição do negócio. O Ministério da Justiça pediu a revisão da decisão e o Cade determinou a venda da Pains para outra siderúrgica, a Cabomat, para evitar que a Gerdau detivesse fatia muito grande do mercado
1994	Aquisição da Kolynos pela Colgate-Palmolive	Negócio permitido, mas a marca Kolynos foi suspensa por quatro anos, o que levou à criação da marca Sorriso
1998	Acusação de formação de cartel para aumento do preço do aço pela Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas e Cosipa	Empresas multadas em 1% do valor do faturamento, ou R\$ 50 milhões. Elas recorreram à Justiça contra a multa
1999	Fusão da Brahma com a Antarctica, formando a empresa AmBev	Favorável à fusão, mas obrigou a venda da Bavária e da Kaiser para a cervejaria Molson, para que a AmBev não detivesse fatia muito grande do mercado
2002	Aquisição pela Nestlé do Brasil de todo o capital da Chocolates Garoto S/A	Desfavorável à compra. A Nestlé colocou a Garoto à venda
2003	Parceria entre as empresas aéreas TAM e Varig (o chamado code share, em que as empresas vendem passagens no mesmo voo)	Favorável ao code share, mas as empresas estão sob investigação por formação de cartel

Fonte: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)



Você se lembra desta marca? Como quase 80% do mercado de pasta de dentes ficariam nas mãos de um só grupo, em 1994 o Cade suspendeu a marca Kolynos do mercado nacional por quatro anos

Sistema brasileiro é apenas bom, afirma revista

No ranking de 2007 da revista britânica *Global Competition Review* – que faz a cobertura de ações e órgãos antitruste no mundo –, os órgãos de defesa da concorrência brasileiros receberam três estrelas, de um total de cinco possíveis. O fato de o Brasil ser o único país com três órgãos antitruste pesa negativamente, na avaliação da revista. Apenas os órgãos da Europa e dos Estados Unidos receberam cinco estrelas, classificados como de "elite".

Os órgãos brasileiros foram considerados "bons", ao lado dos da Espanha, Suécia e África do Sul, e lideram o ranking na América Latina. A Argentina está em último lugar entre os 38 pesquisados, posição que era do Brasil há seis anos. A melhoria foi obtida graças à maior agilidade no julgamento de fusões e aquisições e às primeiras condenações de cartéis.

A avaliação é que o Cade possui uma equi-

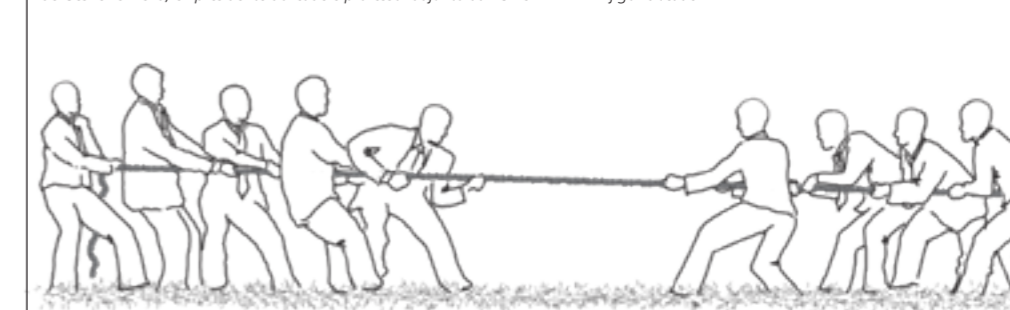
pe eficiente, a SDE cresceu no combate aos cartéis e a Seae dedicou-se à promoção da concorrência nas decisões econômicas do governo. Porém, o ranking mostrou que a SDE e a Seae – responsáveis por instruir os processos para o julgamento do Cade – estão indo para lados opostos: a primeira prioriza o combate a cartéis, enquanto a segunda procura ajudar o governo em decisões econômicas relativas a setores estratégicos, como transporte aéreo, energia, telecomunicações e saúde – todos já regulados por agências específicas.

A frente do Brasil é a semelhança de outros países da Europa, que discute no Senado a unificação dos órgãos antitruste, a França já modificou sua legislação criando uma única agência, a Autorité de la Concurrence. Os EUA, ao contrário, ainda mantêm duas agências, a Comissão Federal de Comércio e o Departamento de Justiça.

O avanço da legislação no mundo

Período	Países
1890 até a 2ª Guerra	Estados Unidos, Canadá e Austrália
Pós-guerra aos anos 80	Alemanha, Comunidade Econômica Europeia, Reino Unido, Japão, Suécia, França, Brasil (1962), Argentina, Espanha, Chile, Colômbia, Tailândia, Índia, África do Sul e Paquistão
Anos 80	Quênia, Sri Lanka e Coreia
Anos 90	Rússia, Peru, Venezuela, México, Jamaica, República Tcheca, Eslováquia, Costa do Marfim, Bulgária, Kazajistão, Polônia e dezenas de outros países

Fonte: Defesa da concorrência em países em desenvolvimento: aspectos da experiência do Brasil e do Mercosul, de Gesner Oliveira, ex-presidente do Cade e professor adjunto da FGV-SP – www.mj.gov.br/cade



Novo pacto busca maior harmonia entre Poderes

Sarney, Temer, Lula e Gilmar Mendes assinam agenda com propostas para tornar a Justiça brasileira mais ágil, acessível e efetiva

Divergências manifestadas recentemente entre Executivo, Legislativo e Judiciário levaram os presidentes dos três Poderes a lançar na segunda-feira passada o 2º Pacto Republicano de Estado por um sistema judiciário mais acessível, ágil e efetivo.

Os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, deixaram claro na agenda proposta (a primeira foi firmada em 2004) que uma das preocupações é sistematizar a legislação processual penal, conferindo especial atenção aos temas investigação criminal, prisão processual, fiança e liberdade provisória, para que sejam evitados excessos contrários aos direitos fundamentais.

Ainda durante a negociação do pacto, Gilmar Mendes já pregava a necessidade de fixar responsabilidades institucionais para cada um dos Poderes. O STF, o governo, a Polícia Federal ou o Ministério Público devem agir, cada um deles, dentro do seu campo, afirmou o ministro em novembro de 2008.

A disciplina do uso de algemas e escutas telefônicas pela polícia está no centro dessa discussão, o que se tornou claro no ano passado, especialmente depois que vieram a público informações de que teriam ocorrido abusos em operações da Polícia Federal, especificamente na Operação Satiagraha, que causaram atritos

entre Gilmar Mendes e o ministro da Justiça, Tarso Genro.

– A atuação da polícia é importante para respeitar os direitos humanos e para garantir a responsabilização, pelo Judiciário, daqueles que cometerem delitos. É essa coordenação entre os Poderes que necessitamos hoje – afirmou Sarney.

Segundo o presidente do Senado, a independência e autonomia dos Poderes é um preceito constitucional, justamente para que haja um bom diálogo, capaz de estabelecer metas e apresentar resultados à população.

Limites ao uso de medidas provisórias

Outro ponto de atrito constante, o uso excessivo de medidas provisórias também é apontado pelo pacto como ponto a ser enfrentado. Só falta saber se a limitação virá por meio de nova emenda constitucional ou pela interpretação do texto vigente, que pode mudar conforme decisão a ser tomada em breve pelo STF.

Os três Poderes se comprometem a tomar as iniciativas para que os objetivos propostos no 2º Pacto possam ser alcançados. Ao Executivo, por exemplo, caberá empreender o aperfeiçoamento das instituições penais e do combate à violência. O Congresso analisará dezenas de projetos considerados prioritários.

Outros pontos do pacto reafirmam a necessidade de dar maior agilidade e acesso à prestação de Justiça.

AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

Durante a solenidade de assinatura do pacto, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou que o projeto de lei (PLS 112/09) que institui o aviso prévio proporcional será incluído entre as prioridades. Para o autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS), a medida pode inibir demissões em época de crise.

A proposta, que está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), estabelece que o empregador ficará obrigado a dar o aviso prévio com a antecedência de 60 dias a empregados demitidos cujos contratos de trabalho tenham até cinco anos de duração; de 90 dias para contratos de cinco a dez anos; de 120 dias para contratos de dez a 15 anos; e de 180 dias para os contratos com mais de 15 anos.

– O Brasil não será justo enquanto um trabalhador, após 20 anos de serviço, for demitido com aviso prévio de um mês. A Constituição já estabelece que o aviso prévio tem que ser proporcional ao tempo de serviço – reclamou Sarney.

DEFENSORIA MAIS FORTE

Um dos pontos do pacto firmado na semana passada – o fortalecimento da defensoria pública – já tem dois projetos em tramitação no Congresso. O primeiro é a PEC que dá autonomia financeira, administrativa e orçamentária à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal (PEC 487/05).

A medida visa fazer com que a Defensoria Pública melhore sua capacidade de ação e planejamento, permitindo estabelecer, por exemplo, metas de expansão na prestação de serviços. Outra medida em análise na Câmara é o Projeto de Lei Complementar 28/07, que regulamenta e consolida a defensoria de acordo com o que determinou a reforma constitucional.

O estudo Diagnóstico da Defensoria Pública constatou que apenas 42% das comarcas possuem defensorias públicas. E pior: os estados que menos investem nas defensorias são justamente os que apresentam os piores indicadores sociais.



O presidente do Senado, José Sarney, assina documento em solenidade no Palácio do Buriti; a seu lado, o ministro Gilmar Mendes (E), o presidente Lula e o deputado Michel Temer

Alguns pontos do 2º Pacto Republicano

A Secretaria de Reforma do Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça, encarregados de acompanhar a execução do 2º Pacto Republicano, ainda não detalharam as propostas legislativas que devem ser levadas adiante no Congresso. Alguns temas, porém, foram abordados no documento distribuído na semana passada.

Abuso de autoridade

O governo enviará um projeto para que servidores públicos e agentes policiais não violem direitos dos cidadãos, como a exposição de presos à imprensa, uso indevido de algemas, uso político de inquiridos e vazamento de informações sigilosas.

Escutas telefônicas

Aperfeiçoamento da Lei 9.296/96, que disciplina a concessão de autorização judicial para escutas telefônicas.

Sistema tributário

Alteração do Código Tributário Nacional. Adoção de novos mecanismos para cobrança da Dívida Ativa da União, como a criação de uma câmara administrativa para conciliação entre o Fisco e o contribuinte, o que hoje não é possível, já que o Estado é obrigado a recorrer até a última instância.

Defensoria Pública

Garantia da ampliação e do fortalecimento da instituição, aumentando sua independência com relação ao Executivo, como mecanismo para ampliar a assistência jurídica para a população de baixa renda.

CPis

Regulamentação das investigações parlamentares para tornar claros os poderes e limites das comissões, que, segundo a Constituição, têm, ao mesmo tempo, a força das autoridades judiciais e o compromisso

com as garantias fundamentais dos cidadãos. A ideia é evitar que o Supremo tenha que intervir com tanta frequência no trabalho dos parlamentares.

Milícias

Introdução no Código Penal da previsão de crimes cometidos por grupos de extermínio ou milícias privadas.

Continuidade da reforma do Judiciário

Aprovação da segunda fase da reforma constitucional, que inclui alterações nas atribuições do STF, limites à contratação de parentes, possibilidade de edição de súmulas impeditivas de recursos pelo STJ e pelo TST.

Crime organizado e lavagem de dinheiro

Revisão da legislação para atualizar as formas de combate a crimes que vêm se sofisticando nos últimos anos, especialmente no que diz respeito à investigação criminal e ao processo penal.

Ação civil pública

Edição de nova legislação para a tutela de interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais. O objetivo é racionalizar o julgamento de conflitos que geram milhares de ações envolvendo, por exemplo, relações de consumo e reposição de perdas em decorrência de planos econômicos.

Procons

Alteração do Código de Defesa do Consumidor para conferir maior eficácia às entidades de defesa do consumidor, os Procons, cujas decisões teriam caráter executivo.

Menor infrator

Aprimoramento do sistema de justiça voltado a atender menores em conflito com a lei. O CNJ já anunciou a formação de um Fórum Nacional da Justiça da Infância e da Juventude, enquanto a CCJ do Senado discute uma das medidas mais polêmicas: a redução da maioridade penal.

Temas como nepotismo aguardam decisão da Câmara dos Deputados

Para ser aprovada em 2004, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reformou o Poder Judiciário teve de ser dividida em duas. As propostas sobre as quais havia consenso se transformaram na Emenda Constitucional 45, criando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo.

Os pontos controversos – como nepotismo, foro privilegiado para autoridades, mudanças nas atribuições do STF e edição da súmula impeditiva de recursos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) – foram reunidos em outra PEC (358/05), já aprovada pelo Senado e que hoje está na Câmara dos Deputados. O pacto anunciado na semana passada volta a pedir a aprovação dessas medidas. Passados quatro anos, alguns temas abordados na PEC 358, como a proibição de contratação de parentes de juízes ou de integrantes de tribunal para cargos em comissão, já foram alvo de decisões do CNJ e do STF, que estabeleceram regras para os três Poderes. Essa PEC também aumenta o número de membros dos tribunais regionais eleitorais de sete para nove.

Assim como no caso do estágio probatório para servidores públi-

cos, a proposta pode fazer com que os magistrados só se tornem vitalícios no cargo depois de três anos na função (hoje são necessários apenas dois anos). O texto também altera a composição do Superior Tribunal Militar (STM) de 15 ministros vitalícios para 11, nomeados pelo presidente da República. Estabelece ainda novas competências para o Supremo, como a de processar e julgar ação popular e ação civil pública contra atos do presidente da República, do Congresso, da Câmara, do Senado e do próprio STF. Também institui a súmula impeditiva de recursos, a ser editada pelo STJ e pelo TST, para diminuir o número de processos que tratam de um mesmo assunto.

O 2º Pacto Republicano sugere ainda a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PEC 324/09, que determina que o presidente do STF componha e presida o CNJ e elimine a exigência de que as pessoas designadas para o CNJ tenham mais de 35 e menos de 66 anos.

Autor da proposta, Demostenes Torres (DEM-GO) explica que, atualmente, qualquer um dos 11 ministros do STF pode ser indicado para compor e presidir o CNJ. Nesse período, ele não pode ser indicado para relatar processos no Supremo.

Agilidade com garantias individuais

Logo após a promulgação da reforma do Judiciário, o presidente Lula, e os então presidentes do STF, Nelson Jobim, do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, lançaram, em dezembro de 2004, o "Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano", que, entre outras medidas, recomendava a aprovação de um conjunto de projetos para alterar pontos como a legislação civil, trabalhista e penal.

A reforma do Judiciário, entre outras coisas, instituiu a súmula vinculante nas decisões do STF e criou o Conselho Nacional de Justiça. O entendimento era que os esforços deveriam ser orientados para o aperfeiçoamento da legislação processual. Naquele documento, os chefes dos três Poderes afirmavam: "As reformas do sistema recursal e dos procedimentos são reclamadas por toda a comunidade jurídica, que deseja regras capazes de agilizar e simplificar os julgamentos – sem prejuízo das garantias individuais". O primeiro pacto tinha como foco a prestação da Justiça no país.

Congresso votou 16 de 28 projetos

Não houve necessidade de medidas provisórias nem de pedidos de urgência para que o Congresso, desde janeiro de 2005, aprovasse 16 de 28 projetos de lei recomendados pelo 1º Pacto Republicano. Ou seja, mais de 57% das propostas se transformaram em leis. As medidas alteraram substancialmente os códigos de Processo Penal (CPP) e Civil (CPC), além da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Grande parte das propostas busca restringir o acesso a recursos capazes de adiar uma decisão da Justiça e a diminuir a burocracia. Entre as leis já aprovadas, está a que permite que o inventário, a separação e a partilha consensual sejam feitos por escritura pública, em cartório, dispensando o processo judicial (Lei 11.441/07).

Mudança no regimento interno para agilizar trabalhos

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na quarta-feira passada o relatório final da comissão especial criada para propor mudanças no Regimento Interno da Casa. A proposta foi entregue na forma de projeto de resolução do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

O projeto será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, caso alguma emenda seja aprovada, retorna à comissão especial. A matéria segue então ao Plenário. O objetivo da reforma do regi-

mento é agilizar os trabalhos da Casa.

Ao receber o documento, Sarney afirmou que o Senado é uma instituição dinâmica, sujeita a modificações e que o regimento precisa ser atualizado. Sarney parabenizou os senadores da comissão pelo trabalho e lembrou que já se tentou reformar o regimento interno muitas vezes, mas sem sucesso.

– É uma tarefa difícil, já vi várias tentativas malograrem. Temos um cemitério de reformas do regimento que não chegaram

a conclusão nenhuma – disse, atribuindo o sucesso da empreitada à dedicação do presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE), e dos demais integrantes.

José Sarney afirmou que teve a sorte de receber a proposta já concluída, uma vez que os trabalhos da comissão foram iniciados durante o mandato do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) como presidente da Casa. Sarney anunciou ainda que o projeto deverá tramitar em regime de urgência.

Juristas propõem novo Código de Processo Penal

A primeira versão do anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal (CPP) elaborado pela comissão externa de juristas será apresentada nesta semana ao presidente da Casa, José Sarney.

Após encerrar a primeira fase dos trabalhos, quando se estru-

turou o novo CPP, os juristas pretendem debater o texto em audiências públicas em todas as regiões do país, de acordo com o senador Renato Casagrande (PSB-ES), idealizador do grupo.

A ideia é promover um primeiro debate na Comissão de

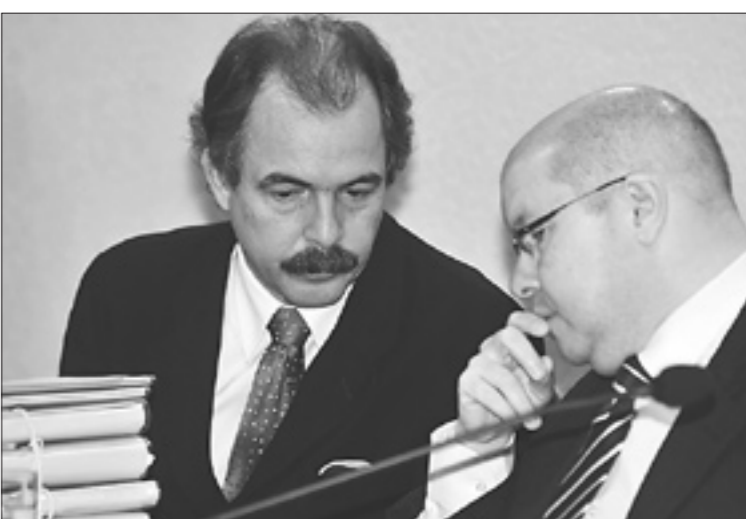
Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, discutir a proposta nos estados.

A fase de audiências públicas é importante, ressaltou Renato Casagrande, por estar relacionada à segurança pública, despertando o interesse dos cidadãos.

Resistência a projeto sobre juizados

O projeto que altera o funcionamento dos juizados especiais de pequenas causas "necessita de correções". A afirmação foi feita pelo subsecretário da Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, Roger Lorenzoni, durante audiência pública realizada na quinta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O debate teve como objetivo orientar os senadores na votação da proposta (PLC 16/07), de autoria do Poder Executivo.

Roger Lorenzoni defendeu a elaboração de um novo texto, no qual seja garantida a preservação do atual modelo dos juizados especiais de pequenas causas, que, observou, vêm prestando, de forma rápida, relevantes serviços às comunidades. Na prática, o projeto permite que as partes recorram da decisão adotada pelos juizados especiais junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, a última decisão cabe às turmas recursais. O senador Valter Pereira (PMDB-MS), relator na CCJ, é contra o projeto.



Demostenes Torres (D) e Aloizio Mercadante: após publicação da súmula da decisão do STF, presidente da República fica obrigado a decretar intervenção

CCJ aprova normas para pedidos de intervenção federal em estados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou regras para pedidos de intervenção nos estados e no Distrito Federal. O projeto (PLS 51/06) regulamenta artigo constitucional que trata de pedidos desse tipo, motivados por eventual violação de princípios da Constituição ou recusa à execução de lei federal.

ADVOCACIA E MP

O exercício da advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, para os ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Ministério Público. A proibição consta de projeto (PLC 18/07) que altera a lei que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94).

O PAPEL DO TCU

O papel institucional do TCU deverá ser tema de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A proposta foi apresentada pelo presidente da comissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), depois que integrantes da CCT reagiram à ampliação da esfera de atuação do tribunal, com a possibilidade de realização de auditorias no setor de tecnologia da informação.

comissões

Aprovadas regras para implantação de eclusas

Depois de dois anos de debate, a Comissão de Infraestrutura define as normas para a construção de obras necessárias à navegação

Após dois anos de discussão, a Comissão de Infraestrutura aprovou em decisão terminativa, na quinta-feira, proposta que define as situações em que é obrigatória a implantação de eclusas (obra de engenharia hidráulica para que barcos subam e desçam rios ou mares em locais onde há desníveis, como barragens, quedas de água ou corredeiras) e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias.

O texto do senador Delcídio Amaral (PT-MS), elaborado com base em projeto (PLS 209/07) do senador Eliseu Resende (DEM-MG), atende, segundo o autor da proposta, tanto às necessidades e especificidades do setor de energia elétrica quanto do setor de navegação. Também teve o cuidado de proteger o bolso do consumidor dos custos do sistema, conforme explicou Eliseu Resende, que já foi ministro de Minas e Energia e também dos Transportes.

– Quem tem que pagar os

custos da navegação são os usuários da navegação e quem tem que pagar os custos da energia elétrica são os usuários da energia elétrica – argumentou o parlamentar por Minas Gerais.

Por sua vez, o relator Delcídio Amaral explicou os principais pontos da proposta: proteger o setor elétrico, separar aspectos ligados às eclusas daqueles voltados à geração de energia e transformar eclusas em serviço público. O senador também enfatizou como um dos propósitos da matéria promover as modificações necessárias na estrutura do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com o objetivo de que o órgão tenha condi-



Eliseu Resende (D) e Fernando Collor: obras para navegação não podem onerar geração de energia

ções de arcar com a construção e a manutenção do sistema, ou passar essa competência, por meio de licitação, a outros interessados.

– O texto é absolutamente claro. Eu não tenho dúvidas de que esse projeto é um grande avanço, mas poderá ser melhorado na Câmara dos Deputados – ressaltou Delcídio Amaral.

Comissão do Clima vai a Santa Catarina com Carlos Minc

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas decidiu realizar visita a Santa Catarina, com a participação do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de representantes do Ministério Público federal e estadual e do presidente da Assembleia Legislativa do estado. A data deverá ser definida nesta semana.

A visita buscará “acalmar os ânimos” no embate entre o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, e o ministro do Meio Ambiente sobre aprovação de legislação ambiental estadual. Para críticos do recém-adoptado Código Ambiental de Santa Catarina, a legislação fere normas

federais relativas à preservação do meio ambiente.

– Minha preocupação é que os pequenos agricultores não saiam prejudicados. Embora considere importante que o estado de Santa Catarina tenha um código ambiental, ele não pode ferir a legislação federal – comentou a presidente da comissão, Ideli Salvatti (PT-SC).

Para Marina Silva (PT-AC), o código ambiental catarinense “é uma afronta à legislação ambiental do país”. A senadora, ex-ministra do Meio Ambiente, lamentou que o governo estadual autorize a redução da área de proteção permanente ao



Marina Silva condena aprovação do novo código ambiental catarinense: uma afronta à legislação federal

longo de rios e cursos d’água de 30 para cinco metros. Na sua opinião, os interessados na mudança utilizaram os agricultores como meio de pressão e agora transferem essa responsabilidade para deputados federais e senadores.

Dengue aumentou 346% este ano na Bahia, constata TCU

A situação da dengue no país é grave. Só neste ano já foram notificados 140 mil casos, dos quais 32% apenas na Bahia, onde oito municípios respondem por 80% dos registros, admitiu, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, o coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue, do Ministério da Saúde, Giovanini Coelho. Já o representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Ismar Barbosa Cruz, responsável pela área da saúde, destacou que houve uma diminuição de 28,6% no número de casos notificados em relação aos primeiros meses de 2008, embora na Bahia tenha havido aumento de 346% no mesmo período. Ismar afirmou que a maior preocupação do TCU diz respeito ao fato de a doença

estar atingindo principalmente crianças de cinco a 14 anos.

O senador César Borges (PR-BA) apelou ao Ministério da Saúde por um tratamento diferenciado para a Bahia, à semelhança do que ocorreu com o Rio de Janeiro. Pediu também que o ministério instale no estado uma “sala de emergência” para tratar dos casos de dengue e de meningite. Com apenas 4% do território nacional, lembrou o senador, a Bahia já apresenta cerca de 40% dos casos de dengue do país – 45 mil registros de um total de 145 mil. Ele afirmou ainda ter proposto no requerimento para realização da audiência o convite ao secretário de Saúde da Bahia, Jorge José Santos Pereira Solla, que não compareceu nem enviou representante.

Senadores e deputados de Goiás apoiam uso seguro do amianto

Os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) apoiaram a exploração e o uso seguro do amianto no país em reunião na quinta-feira com cerca de 4 mil pessoas da cidade goiana de Minaçu, onde há mina do amianto.

Antes, houve manifestação em frente ao Congresso Nacional. Marconi informou ter conhecimento de pesquisa realizada por universidades públicas que atestam resultados positivos no uso seguro do amianto. Segundo relatou, Serys Shlessarenko (PT-MT), que propôs o banimento do

produto do país, disse que está disposta a conversar.

A proposta de Serys proíbe a extração, importação, transporte, armazenamento e industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados. De acordo com ela, a fibra do amianto é causa de doença irreversível que enrijece o tecido pulmonar causando deficiência respiratória. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda designação de relator e depois segue para outras duas comissões.

ANTÁRTIDA

A Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, promove no início de maio a segunda semana do continente antártico no Congresso. O evento tem o apoio da Marinha e dos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. Estão previstas palestras para alunos do ensino médio sobre a Antártida e as mudanças climáticas, além do lançamento de livros sobre a presença brasileira no continente.

CICLO DE AUDIÊNCIAS

A Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas inicia uma série de audiências públicas no próximo dia 28. Por sugestão de Marina Silva (PT-AC), serão convidados para o primeiro debate Telma Kruger e Carlos Afonso Nobre, especialistas vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O senador Jefferson Praia (PDT-AM) sugeriu a inclusão do Projeto Antártida no plano de trabalho da comissão.

ambiente legal

Pacto em favor da Mata Atlântica

A Frente Parlamentar Ambientalista aderiu ao Pacto para Restauração da Mata Atlântica – que pretende integrar esforços de instituições e proprietários rurais para recuperar mais de 17 milhões de hectares

de terras desse bioma que estão degradadas, mas possuem alto potencial de restauração –, segundo anunciou o coordenador da frente, deputado Sarney Filho (PV-MA).

Apoio de governos e entidades

O pacto, apresentado aos parlamentares na semana passada, já foi assinado por mais de 70 entidades, como as organizações não governamentais SOS Mata

Atlântica, Associação Mico Leão Dourado e WWF-Brasil, e pelos governos de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Chance para reduzir efeitos do aquecimento

Pesquisa financiada pelo Departamento de Energia dos EUA revela que uma redução de 70% das emissões dos gases causadores do efeito estufa, sobretudo do dióxido de carbono, durante o século 21, seria suficiente para salvar as geleiras do Ártico e evitar as consequências mais desastrosas do aquecimento global. Com isso, o aquecimento no Ártico cairia quase à metade.

“Catástrofe” ainda pode ser evitada

“Esses trabalhos mostram que nós não podemos mais evitar um aquecimento significativo do planeta no século 21”, ressalta o pesquisador Warren Washington. “Mas, se o mundo conseguir reduzir as emissões dos gases que causam o efeito estufa nessa proporção (70%), poderíamos estabilizar a ameaça apresentada pela mudança climática e evitar uma catástrofe.”

Temperatura subiu 1°C no planeta

A temperatura média da Terra subiu quase 1 grau centígrado desde a era pré-industrial (meados do século 19), lembra o estudo do National Center for Atmospheric Research. Esse aquecimento resulta principalmente das emissões de gases, entre os quais, o dióxido de carbono aparece como o maior vilão.

debates

Senadores
celebram 40
anos da ECT

O Senado homenageou os 40 anos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em sessão especial. Com mais de 110 mil empregados e presente em todos os 5.464 municípios brasileiros, pela primeira vez nos últimos 20 anos a ECT apresentou lucro operacional por três anos consecutivos, destacou o ministro das Comunicações, Hélio Costa.

Segundo disse, “há muita gente querendo prejudicar” os Correios, para que empresas internacionais assumam as suas funções.

– Querem assumir, na verdade, o filé. Todo mundo quer entregar pacote em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, nas capitais, mas ninguém quer entregar uma carta lá no interior do Amazonas, viajando uma hora de barco para entregar uma única correspondência, se for necessário – declarou. Participaram da homenagem os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Serys Slhessarenko (PT-MT), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Jefferson Praia (PDT-AM), João Pedro (PT-AM), José Nery (PSOL-PA) e Cristovam Buarque (PDT-DF), entre outros.

Homenagens a
Carlos Wilson e
João Herrmann

O Senado encaminhou voto de pesar e encerrou a sessão de segunda-feira passada em homenagem ao deputado e ex-senador Carlos Wilson (PT-PE) e ao deputado João Herrmann (PDT-PR), ambos mortos no fim de semana retrasado.

Carlos Wilson foi governador de Pernambuco, senador e presidente da Infraero no primeiro mandato do presidente Lula. Ele morreu aos 59 anos no Recife, vítima de câncer.

Paulo Paim (PT-RS) recordou a orientação recebida de Carlos Wilson sobre o funcionamento do Senado, quando tomou posse, em 2003. Papaléo Paes (PSDB-AP) considerou uma grande perda para o Congresso.

Delcídio Amaral (PT-MS) homenageou a trajetória dos dois parlamentares, assim como Osmar Dias (PDT-PR), amigo pessoal de Herrmann. Ele lembrou um dos últimos eventos de que participou ao lado do deputado, em que conversaram sobre o futuro do partido e a possibilidade de ter candidatos aos governos estaduais.

Mão Santa comemora seu
milésimo discurso no Senado

Senador lembrou o início de sua carreira, como médico. “Eu desejava apenas operar na Santa Casa de Parnaíba. Cheguei aqui simples, com minha crença em Deus, no amor, no estudo e no trabalho”

O milésimo discurso de Mão Santa (PMDB-PI), cujo mandato como senador iniciou-se em fevereiro de 2003 e se estenderá até o início de 2011, foi comemorado sexta-feira, da tribuna do Senado, por ele e vários colegas parlamentares.

– Este é o meu milésimo discurso, nesse que é o melhor Senado da República do Brasil em 186 anos [de existência do Poder Legislativo]. Nunca houve na história um Senado como o nosso. Tenho vida limpa. Cheguei aqui simples, com a minha crença em Deus, no amor, no estudo e no trabalho. Esse é o caminho – afirmou.

Sempre citando a esposa Adalgisa, presente à sessão, o parlamentar lembrou que no início da sua carreira, como médico da cidade de Parnaíba, no Piauí, não imaginava que chegaria ao cargo de senador da República.

– Eu desejava apenas operar na Santa Casa de Misericórdia da minha Parnaíba.

Mão Santa leu o conjunto de regras escrito pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), intitulado “Decálogo indispensável para o



Mão Santa foi aparteado por vários senadores. Para José Sarney, foram “mil manifestações em favor da vida do Senado”

exercício da atividade política”.

Vários senadores apartearam Mão Santa para parabenizá-lo. O presidente do Senado, José Sarney, que presidia a sessão, lembrou que, antes de conhecer pessoalmente Mão Santa, já havia ouvido falar da fama do então cirurgião que se dedicava aos pro-

bres. Nesta Casa, continuou, “ele não deixa nunca de mostrar, da tribuna, a presença do Senado”.

– Foram mil manifestações em favor da vitalidade, da vida do Senado. Quando o Senado silenciava, a voz de vossa excelência estava lá mostrando que o Senado não se cala – afirmou

José Sarney.

Também parabenizaram Mão Santa os senadores Geraldo Mesquita (PMDB-AC), Marisa Serrano (PSDB-MS), Heráclito Fortes (DEM-PI), Garibaldi Alves (PMDB-RN), João Tenório (PSDB-AL), Gim Argello (PTB-DF) e João Durval (PDT-BA).

João Durval apoia mudanças
nos portos da Bahia

O projeto da prefeitura de Salvador de transformar o porto da capital da Bahia em terminal prioritariamente turístico recebeu o apoio do senador João Durval Carneiro (PDT-BA). De acordo com ele, a movimentação de carga seria transferida para o porto de Aratu, localizado fora da área metropolitana.

Segundo João Durval, o porto de Salvador atravessa uma fase aguda de estagnação, agravada pela crise financeira mundial. Para superar essas dificuldades, ele considera fundamental investir em obras que viabilizem a atracação de navios de grande porte. É isso que irá permitir, conforme acrescentou, a “repaginação” do



Durval: prefeitura de Salvador quer tornar porto da capital terminal prioritariamente turístico

porto como área turística, “uma etapa natural do processo histórico nacional de conversão de patrimônios urbanísticos degradados em espaços sociais de convívio, lazer e visitação pública”.

O senador citou como exemplo bem-sucedido o caso de Pernambuco.

VIOLÊNCIA EM RESERVA INDÍGENA

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou contra a violência com a qual os agricultores estão sendo retirados das terras da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, cuja demarcação foi recentemente confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

– Tenho notícias de que a Polícia Federal e os agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) estão escorraçando os brancos da reserva. O senador disse haver, segundo as autoridades, 348 propriedades a serem indenizadas. Até o momento, a Funai declarou ter indenizado cerca de 200. “Eu duvido”, protestou.

Governo não tem interesse em
apurar denúncias, diz Heráclito

Heráclito Fortes (DEM-PI) destacou, na sexta-feira, a dificuldade de a CPI das ONGs conseguir se reunir para aprovar requerimentos de convocação ou solicitar quebra de sigilos. Conforme o senador, que é presidente da CPI, os impedimentos podem estar relacionados ao desinteresse do governo em apurar as possíveis irregularidades envolvendo organizações não governamentais.

– O governo deveria ser o primeiro a abrir suas contas. Se cobram dos senadores, por que não cobram das ONGs? – questionou.

Heráclito disse ainda que o uso político dos patrocínios da Petrobras, que o presidente da empresa, Sérgio Gabrielli, está sendo acusado de fazer, pode representar seu interesse em se candidatar. Gabrielli nega que vá concorrer ao Senado.

Queimadas podem
ter fim no Acre, diz
Mesquita Júnior

Por iniciativa dos ministérios públicos Federal e do estado do Acre, as queimadas no meio rural do estado poderão ser definitivamente proibidas a partir de 2011. O comunicado foi feito na última sexta-feira pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), ao contar que os MPs protocolaram uma ação civil pública que determina a proibição de expedição, a partir de 2011, de qualquer autorização para queima de florestas e pastagens.

Marisa afirma que
crise terá impacto
menor no Brasil

A crise financeira mundial terá um impacto relativamente menor no Brasil do que nos países desenvolvidos, na opinião da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Ela atribuiu a resposta positiva da economia brasileira a dois fatores: o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (Proer), criado em 1995 para enxugar todo o sistema por meio de fusões entre bancos, e a capacidade de trabalho e empenho do setor produtivo nacional.

Sarney destaca equilíbrio e isenção

Presidente da Casa e outros seis parlamentares apontam papel do **Jornal do Senado** na transparência do Legislativo

Na quinta-feira, a edição diária do **Jornal do Senado** chegou a seu número 3.000. A marca foi destacada pelo presidente do Senado, José Sarney, em comunicação ao Plenário. Ele afirmou que se trata de uma publicação importante para a sociedade, pois traz informações sobre tudo o que acontece na Casa, principalmente as ideias e os projetos em debate. O jornal foi criado quando Sarney ocupava pela primeira vez a Presidência do Senado. Começou a circular em 4 de maio de 1995.

– É um jornal difícil de ser feito, mas ele tem mantido a isenção e o equilíbrio entre os partidos e expressa o choque de ideias dentro do Parlamento – disse o presidente.

Antes do pronunciamento, Sarney recebeu de profissionais do **Jornal do Senado** e da Secretaria Especial de Comunicação Social um exemplar emoldurado da edição 3.000. O senador manifestou sua satisfação em ver a publicação atingir esse número.

– Quando o criamos, sabíamos que o destino do jornal era se consolidar. Temos hoje, então, um dos melhores veículos de comunicação com a sociedade – frisou.

Outros parlamentares parabenizaram o **Jornal do Senado**, em Plenário. Efraim Morais (DEM-PB) apresentou requerimento de congratulações à diretora da Secretaria de Comunicação do Senado, Elga Mara Teixeira Lopes, à diretora de Jornalismo, Maria da Conceição Lima Alves, ao diretor do jornal, Davi Emerich, e a todos os servidores envolvidos na produção do periódico.

Para Mão Santa (PMDB-PI), atingir o número 3.000 “demonstra a alta competência do corpo funcional da instituição e uma vitória para a Casa”. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou que o jornal “representa, juntamente com a Rádio Senado e a TV Senado, uma forma de dar transparência às atividades legislativas da Casa”.

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) elogiou a equipe de jornalistas e fotógrafos responsáveis pelas notícias publicadas pelos veículos do Senado. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) parabenizou a equipe do jornal “pela eficiência, competência e conteúdo”. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI), 1º secretário da Casa, também enalteceu o trabalho do **Jornal do Senado**.

Uma seleção com 45 capas do jornal, noticiando os principais momentos do Senado nos últimos 14 anos, ficou exposta na Senado Galeria, corredor liga o prédio principal da Casa ao Anexo I, ao longo da semana.



Criado em maio de 1995, o **Jornal do Senado** diário circulou na quinta-feira em edição comemorativa

Equipe de comunicação do Senado entrega exemplar do nº 3.000 do jornal ao presidente José Sarney

Depoimentos sobre o Jornal do Senado

“Na antiga Roma, o cidadão se informava dos fatos do Senado e dos acontecimentos locais lendo a Acta Diurna, espécie de jornal manuscrito do governo que era fixado na fachada dos prédios públicos. Dois milênios depois, o Senado brasileiro lançou, numa iniciativa pioneira entre os legislativos da América Latina, o seu jornal de circulação diária.

A tudo que se disse nos últimos dias sobre o **Jornal do Senado**, devo acrescentar mais um dado: este veículo de mídia legislativa não esconde fatos, não sonega informação. No período em que dirige a agência de notícias e, depois, o jornal [de 1995 ao início de 2001], e de lá até agora como editor, jamais soube de qualquer recomendação dos dirigentes da Casa no sentido de não se divulgar este ou aquele fato, este ou aquele depoimento, esta ou aquela frase que se registraram nas diversas instâncias da Casa, como Plenário, comissões técnicas, Conselho de Ética e CPI. Juro por Gutenberg!”

José do Carmo Andrade, ex-diretor da Agência e do Jornal do Senado, e editor deste veículo

Prefeitos

“O **Jornal do Senado** é excelente e muito importante na relação que estabelece com os municípios. Ele traz todas as matérias que tramitam na Casa, as leis, as decisões. Estamos reproduzindo o jornal. Fazemos cópias e enviamos aos nossos órgãos, a todos os setores da administração, às escolas. Nos projetos de leitura, temos trabalhado matérias do jornal com alunos do 8º e 9º anos. Para atendê-los, fazemos cópias de algumas matérias do jornal, e enviamos as reproduções também para as secretarias de Saúde e de Educação. A câmara municipal não está recebendo. E dos dois exemplares que recebo, acabo enviando um para a câmara de vereadores. É o único veículo da imprensa escrita que traz matérias nacionais para o conhecimento do município. É o único material de Brasília que nos chega periodicamente.”

Eledir Barcelos de Souza, prefeita de Santa Rita do Pardo (MS)

“Remeto matérias ou mesmo o jornal para a biblioteca municipal. Eu tento fazer com que o **Jornal do**

Senado seja o mais lido possível dentro do município. A gente sabe que tem os que engavetam toda a publicação que chega ao gabinete. Eu procuro me informar de tudo e facilitar a vida de diversos segmentos do município. O **Jornal do Senado** é importantíssimo. É uma informação de qualidade. E agora vem com papel reciclado. É politicamente corretíssimo.”

Evandro Rocha Mendes, prefeito de Pitanguí (MG)

“Sou leitor do **Jornal do Senado** desde quando era vereador. Acho importante o jornal, porque quando se lê publicação oriunda de um Poder, a tendência é ser imprensa parcial. No caso do **Jornal do Senado**, as matérias espelham a posição de senadores tanto da situação quanto da oposição, para realmente informar quem está no interior do país. Todos os vereadores recebiam e alguns o utilizavam até para sustentar seus pronunciamentos, com base em informações veiculadas pelo **Jornal do Senado**.”

Mauro Soares, vice-prefeito de Crateús (CE)

Agência Senado e gráfica são parceiros desde o início

O **Jornal do Senado** sempre contou com a colaboração de dois parceiros fundamentais: a Agência Senado e a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), a Gráfica do Senado.

A agência é responsável pela cobertura diária dos principais fatos que ocorrem na Casa, com destaque para debates e votações. As matérias e fotos produzidas por seus repórteres é que dão sustentação às

edições do jornal.

A gráfica responde pela impressão dos jornais – em suas versões diária, semanal e em braile – e também das cartilhas temáticas e dos encartes especiais.

Leitores



“Sou sindicalista e leitor do **Jornal do Senado** desde 2000. Quando recebo o jornal, recorro as notícias de maior interesse e coloco nos murais das escolas, hospitais e órgãos públicos para que outras pessoas possam ter acesso ao que foi decidido no Congresso Nacional.”

Claudio Guevara Santiago, de Maracás (BA)

“Sou leitor do **Jornal do Senado** há 10 anos. O jornal oferece uma leitura atraente e informativa, mas sinto falta de reportagens sobre os reflexos das decisões que são tomadas. Sugiro como destaque para um momento de lazer a presença nas páginas de palavras cruzadas e de outros desafios.”

Érico José Lindner, de Canoas (RS)

“Por meio do **Jornal do Senado** podemos acompanhar o que fazem os nossos representantes no Congresso Nacional. Dá para ter uma visão geral do desempenho dos políticos, o que estão fazendo para melhorar a vida dos cidadãos. Gosto particularmente da página Cidadania, que trata de questões como saúde e trabalho, facilitando a vida das pessoas.”

Ednaldo Rogério Corso, de Lages (SC)

“Há seis meses assino o **Jornal do Senado**, que me permite acompanhar o dia a dia da política, as ideias e as ações dos nossos políticos e tudo o que acontece no âmbito do Legislativo.”

Alon Mello da Silva, de Cruzeiro do Sul (AC)

“Há cinco anos recebo o **Jornal do Senado** e acho que a sua leitura contribui para formar a cidadania. Sou funcionário público e gosto de discutir com os meus filhos a vida política no Congresso e os projetos que são aprovados.”

Alvino Pires, de Taguatinga (DF)

“Como estudante de Ciências Contábeis, o **Jornal do Senado** tem me ajudado muito a acompanhar não apenas assuntos da área, mas também o debate político e os temas de interesse da população.”

Simony Rosa do Nascimento, de Rondonópolis (MT)



institucional



Reunião da Comissão Diretora aprova novas regras para dar transparência à prestação de contas da verba indenizatória

Senado corta 25% das despesas com passagens

De acordo com Heráclito Fortes, tanto o crédito de passagens quanto a verba indenizatória poderão ser usados para fretamento de aeronaves

A Comissão Diretora do Senado Federal determinou na semana passada a redução de gastos com passagens aéreas e o aumento da transparência na prestação de contas da verba indenizatória.

Segundo anunciou o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), foi determinado um corte de 25% nas despesas com bilhetes aéreos, o que representa redução de gastos de R\$ 1,3 milhão para R\$ 975 mil por mês.

Foi abolida o direito dos senadores de dispor de duas outras passagens por mês: uma de Brasília ao Rio de Janeiro e outra de Brasília à capital do estado do parlamentar, passando pelo Rio.

Outra mudança é a perda do direito a passagens extras para líderes partidários e membros da Comissão Diretora. Além disso, os bilhetes só poderão ser emitidos em nome do senador, seu cônjuge e filhos ou por assessor na função de exercício de função parlamentar.

Os três senadores que representam o Distrito Federal receberão créditos aéreos equivalentes aos dos representantes de Goiás, e não mais aos do Rio de Janeiro. – O objetivo [das mudanças] é dar clareza e impedir desvirtuamentos – declarou Heráclito.

A Comissão Diretora decidiu ainda que a prestação de contas dos gastos da verba indenizatória passará a ser acompanhada pela

Secretaria de Controle Interno e será divulgada na página do Senado na internet, junto com as notas fiscais, até 90 dias após a realização dos gastos. Não serão admitidas notas fiscais de empresas da família ou de parentes para justificar os gastos.

De acordo com Heráclito, tanto o crédito de passagens quanto a verba indenizatória poderão ser usados para o fretamento de aeronaves de pequeno porte e de barcos dentro do estado representado pelo parlamentar.

Foi extinta ainda a secretaria que cuidava exclusivamente da verba indenizatória, atividade atribuída à Secretaria de Controle Interno.

Roseana toma posse no governo do Maranhão

Cassado, na quinta-feira, o mandato do governador Jackson Lago, a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) foi diplomada governadora do Maranhão no Tribunal Regional Eleitoral do estado. Ela tomou posse em cerimônia na Assembleia Legislativa do Maranhão.

A posse ocorre após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter rejeitado, por unanimidade, os recursos contra a cassação do diploma de Jackson Lago e também de seu vice, Luiz Carlos Porto. No mérito, a cassação já tinha sido determinada pelo TSE no início de março, mas ainda foi apresentado recurso. Naquela ocasião, Roseana afirmou:

– Fiquei emocionada com o resultado, afinal aquela foi uma eleição em que entrei com 70% das intenções de votos e fui para o segundo turno com uma diferença de 20% sobre o segundo colocado. Mas vou encarar os fatos com serenidade antes de me aprofundar nos problemas do estado.

Lago foi cassado por abuso de poder econômico cometido nas eleições de 2006. Roseana assume por ter sido a segunda colocada naquele pleito. O mandato da senadora no Senado, que terminaria em 31 de janeiro de 2011, deve ser ocupado pelo suplente Mauro Fecury. Ele foi senador durante licença de Roseana e, agora, reassume o cargo.

presidência

Reinhold Stephanes exhibe estudo sobre ocupação do território nacional

Acompanhado do chefe da Unidade de Monitoramento por Satélite da Embrapa em Campinas (SP), Evaristo Eduardo de Miranda, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, exibiu para o presidente do Senado, José Sarney, vídeo sobre estudos estratégicos do território nacional.

– É um trabalho sobre as áreas de reserva, áreas de recuperação de encostas, áreas que ainda estão sendo solicitadas por indígenas, por

quilombolas, e sobre o quanto isso daria de ocupação do território nacional – explicou o ministro.

Questionado sobre a resistência de organizações não governamentais a mudanças no Código Florestal Brasileiro, ele respondeu que estão sendo aprovadas normas sem a devida atenção sobre eventuais impactos.

Stephanes assegurou que toda a produção de grãos para alimentação ocupa menos de 7% do território nacional.

Gregolin quer transformar Secretaria da Pesca em ministério

O presidente do Senado, José Sarney, tem interesse na criação do Ministério da Pesca e está pronto para apressar a votação do projeto que realiza essa mudança, que está no Senado. A informação foi dada pelo ministro Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de Aquicultura, ao sair de audiência com o presidente do Senado.

– A transformação dessa secretaria em ministério é da maior importância. O Brasil, que hoje produz 1 milhão de toneladas de pescados, terá a possibilidade de produzir 20 milhões de toneladas – destacou Gregolin.

Ele explicou que um ministério terá mais autonomia administrativa, financeira e jurídica.

LICITAÇÕES

José Sarney recebeu oito integrantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração que solicitaram a votação, o mais depressa possível, do projeto de lei que agiliza os processos licitatórios (PLC 32/07). O secretário de Administração do Espírito Santo, Ricardo de Oliveira, explicou que a proposta, que modifica a Lei de Licitações (8.666/93), ajudará na execução de projetos, principalmente por uso de pregão eletrônico e inversão das fases das licitações.

20 ANOS DO STJ

Os presidentes do Senado, José Sarney, da Câmara dos Deputados, Michel Temer, o vice-presidente da República, José Alencar, e o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, participaram da celebração dos 20 anos do Superior Tribunal de Justiça. O presidente do STJ, ministro César Asfor Rocha, afirmou que o tribunal busca uma justiça célere e sintonizada com as transformações sociais. Na cerimônia, o presidente da OAB, Cezar Britto, criticou a aprovação, pelo Senado, da PEC dos Precatórios.

ACORDO ORTOGRÁFICO EM BRAILE

O Senado lançou o guia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa impresso em braille. A publicação foi elaborada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) a pedido do senador Romeu Tuma (PTB-SP). Tuma destacou a importância de tornar acessíveis a todas as pessoas as atualizações da ortografia. Segundo informou, há a intenção de enviar para os demais países de língua portuguesa a versão em braille do guia. Já o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, senador Flávio Arns (PT-PR), afirmou que o domínio de uma língua é um dos maiores instrumentos para a aproximação das pessoas e dos países.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudíia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Elga Mara Teixeira Lopes
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

resenha

Os primeiros tempos no Brasil colônia

O **Jornal do Senado** volta a publicar nesta edição resenhas de livros editados pelo Senado Federal. Nesta primeira obra analisada, o historiador, gramático e cronista português Pero de Magalhães Gandavo relata os cinco anos em que viveu no país

ALEXANDRE GUIMARÃES

Consultor legislativo do Senado Federal

Depois de 43 dias de viagem, a maior armada de que se tivera notícia até então – cerca de 1.500 homens em 13 naus – fez o “achamento”, nas palavras de Pero Vaz de Caminha, da ilha de Vera Cruz. Em 22 de abril, Pedro Álvares Cabral tomava posse das terras portuguesas no novo continente, que se revelaram mais do que uma grande ilha e foram rebatizadas de Província de Santa Cruz.

Pero de Magalhães Gandavo, historiador, gramático e cronista português, se propôs, no início do último quartel do século 16,

a escrever os primeiros relatos da recém-colonizada colônia portuguesa do Brasil, cujo nome não aceitava, por considerar obra do “Demônio, que tanto trabalhou e trabalha por extinguir a memória da Santa Cruz e desterrá-la dos corações dos homens”.

Foram dois relatos: o *Tratado da Terra do Brasil*, escrito em 1573, mas publicado apenas em 1826; e a *História da Província de Santa Cruz*, publicado em 1576, com dedicatória de seu amigo Luís de Camões, em forma de tercetos e um soneto, ao governador de Malaca, dom Lionis Pereira.

As duas obras são grandes relatos que resultaram de cinco anos vividos nas terras brasileiras e

que transcrevem uma visão paradisíaca, comum a quase todos os primeiros viajantes. Gandavo descreve, em linguagem simples, as capitânicas, a natureza, os habitantes – tanto europeus quanto nativos – e seus costumes.

As curiosidades encantam e surpreendem, como no capítulo em que trata do “ipupiara” ou demônio da água, monstro marinho que teria sido morto na capitania de São Vicente em 1564. As belezas e as qualidades das terras e dos ares certamente foram incentivo a muitos tentarem vida no novo continente, como afirma Capistrano de Abreu, em introdução feita ao *Tratado*, em que o autor mostra “as riquezas

da terra, os recursos naturais e sociais nela existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la: seus livros são uma propaganda de imigração”.

Na semana em que se completam 509 anos da chegada da frota de Cabral, os livros do volume 100 das Edições do Senado Federal são obras recomendadas a estudantes em geral.

Por fim, não se pode, neste ano de reforma ortográfica, deixar de ressaltar mais uma obra de Gandavo, também gramático: foi ele o autor do primeiro manual ortográfico da língua portuguesa, as *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, de 1574.



Imagem do “ipupiara”, monstro marinho que teria sido morto na capitania de São Vicente em 1564

programação

Rádio Senado debate o novo pacote de ajuda aos municípios

O governo federal anunciou um reforço de até R\$ 1 bilhão para compensar as prefeituras pelas perdas nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

A medida foi uma resposta aos protestos de prefeitos de todo o país, prejudicados pela redução das receitas municipais. A queda foi provocada não apenas pela crise, mas tam-

bém pelas isenções concedidas pelo governo para estimular setores da economia.

Para analisar o novo pacote, a Rádio Senado entrevista especialistas e parlamentares.

Conexão Senado

Senado FM e OC
20/4, segunda-feira, às 8h
Internet: 20/4, segunda-feira

Radialista conta histórias do rádio em Brasília

O radialista João Marques conta histórias do início das transmissões radiofônicas na capital. Com 55 anos de atividade, há mais de 30 anos João Marques apresenta o “Jornal do Senado”, veiculado na *Voz do Brasil*.

Estação da Mídia

Senado FM
21/4, terça-feira, às 7h30
Internet, 21/4, terça-feira

Quem pode ser beneficiado pelo seguro obrigatório DPVAT

Pouca gente sabe, mas qualquer pessoa que anda pelas ruas ou em um carro é beneficiário do DPVAT, o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre. Pago anualmente por quem tem carro, o seguro inclui indenizações por morte e invalidez e reembolso de despesas médicas em decorrência de acidentes de trânsito.

O *Fique por Dentro da Lei* conversa com Armando Vergílio, da Superintendência de Seguros Privados (Susep), que controla e fiscaliza o mercado

de seguros no país. Em 2008, cerca de 85% dos recursos destinados ao reembolso de despesas médicas foram requisitados pelos hospitais, informa ele. Já Márcio Norton, do consórcio Líder, explica o que os acidentados devem fazer para ter acesso às restituições.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
20/4, segunda-feira, às 10h
Internet: 20/4, segunda-feira



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Processo penal

"Sei o quanto é difícil e trabalhoso melhorar o Código de Processo Penal, mas gostaria de dar uma ideia para a construção do inquérito policial. Todo procedimento inicial seria feito por meio de filmagem, do início ao término, sem interrupções durante o interrogatório. A filmagem colocaria fim ao constrangimento e a uma eventual coação do depoente. Acredito que a mudança daria mais consistência técnica e, conseqüentemente, mais validade ao inquérito policial."

Filipe de Faria Barbosa, de Aracaju (SE)

Concursos

"Proponho que os concursos públicos, sobretudo os da esfera municipal e especificamente da região Nordeste, sejam submetidos a critérios mais rigorosos de fiscalização."

Rogério Paiva Castro, de Juazeiro do Norte (CE)

Caos na saúde

"Como presidente da Associação das Vítimas de Imprudência, Negligência e Imperícia Médica (Asvinime), faço um apelo aos senadores e senadoras para que façam visitas a hospitais de seus estados para verem a vergonha em que essas instituições se encontram. Antes de criarem CPIs, instituíam uma comissão fiscalizadora da saúde pública e terão a oportunidade de descobrir a falta de equipamentos nos hospitais e postos de saúde, de medicamentos para as pessoas pobres que precisam de tratamento e as filas enormes para a marcação de consultas. Onde estão os 246.768 mil médicos registrados no Conselho Regional de Medicina? Ao mesmo tempo, os erros médicos em todo o país já passam de 8.760 e até agora ninguém fez nada para mudar essa situação. Quem vai nos amparar? A Constituição federal de 1988 ou os senadores que nos representam? As eleições estão aí, e o que o povo pode esperar de um

país onde a saúde só é boa para quem tem dinheiro?"

Dirceu Alceu Mocelin, de Florianópolis (SC)

Nordeste

"Com o retorno do senador José Sarney à Presidência da Casa, renova-se a esperança de mais de 20 anos da população do sertão da Paraíba quanto à construção de estradas e açudes para suprir as necessidades do povo."

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

Estágio

"Manifesto opinião desfavorável à Lei 11.788/08, referente ao período de dois anos para estágio de estudantes. O melhor para as empresas e para os estudantes seria um vínculo empregatício no período de cinco anos."

Claudir Portella, de União da Vitória (PR)

Bancada de Pernambuco

"Gostaria de parabenizar a bancada de senadores do estado de Pernambuco."

Tarcísio Pereira de Souza, de Condado (PE)

Aposentados

"Parabenizo o senador Paulo Paim pelo empenho em ajudar os aposentados e pensionistas."

Júlio Antônio Abinajm, de Praia Grande (SP)

Spam

"Com o aumento da velocidade no uso da internet, há a necessidade urgente de legislação específica para tornar crime o uso de informações pessoais por parte das empresas de internet, sem que haja a expressa autorização da pessoa. Tenho recebido uma enxurrada de e-mails de marketing (spams) que acabam entupindo a minha caixa postal."

Osmar M. Cerioni, de Jarinu (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



É um jornal difícil de ser feito, mas ele tem mantido a isenção e o equilíbrio entre os partidos e expressa o choque de ideias dentro do Parlamento

José Sarney, ao receber um exemplar da edição 3.000 do **Jornal do Senado**.

Um bilhão de reais é insignificante diante do valor das perdas já avaliadas. Os números são incontestáveis. Os municípios e estados receberam menos de 16 bilhões de reais do FPM.

Alvaro Dias, criticando proposta do Executivo para compensar perda do IPI pelos municípios.

A crise não é do governo e nem da oposição, mas sim do país. Por isso, diante dela não pode haver "partidarismo nem palanque"

Efraim Morais, advertindo que a ajuda aos municípios não deve ter caráter eleitoral.

JOSE CRUZ



Ideli Salvatti, convocando a oposição a aprovar socorro às prefeituras.

Desta vez a oposição terá de pular miudinho e contribuir com a base do governo para aprovar rapidamente a proposição, já que a quantidade de prefeituras sob seu controle não é pequena

O momento atual é de cortar gastos, inclusive no Senado

Arthur Virgílio, contra a proposta que altera os limites máximos de gastos das câmaras de vereadores.

A onda de denunciismo contra parlamentares e funcionários não atinge somente pessoas; ultrapassa-as, mina de tal forma a credibilidade do Congresso Nacional que acaba colocando em risco a própria democracia

Epitácio Cafeteira, sobre as denúncias de irregularidades no Senado e na Câmara.

A verba para passagem é para exercício do mandato parlamentar. O objetivo [das mudanças] é dar clareza e impedir eventuais desvirtuamentos. Quem cometer irregularidades que assumam a responsabilidade

Heráclito Fortes, ao anunciar novas regras para uso de passagens aéreas.

Fiz um apelo ao governador para que não sancionasse a lei. Sancionaram e ainda disseram que trariam o projeto ao Congresso, como exemplo para o resto do país. É uma afronta à legislação ambiental

Marina Silva, criticando o Código Florestal de Santa Catarina, que reduz as áreas de preservação permanente.



pergunte ao senador

A fatura da construção da Cidade da Música

"Pela irresponsabilidade de nossos governantes, quem paga a fatura sempre são os já combatidos contribuintes. A Cidade da Música (que seria Cidade Roberto Marinho, mas a família recusou a homenagem, acredito que pelas graves denúncias de irregularidades) é um elefante branco deixado pelo prefeito não reeleito César Maia. A obra custou R\$ 520 milhões até sua parcial construção. Foi inaugurada com vários erros. O ex-prefeito alega ter deixado apenas R\$ 26 milhões em caixa para a sua conclusão. Já a nova administração explica que o verdadeiro custo total só será conhecido após auditoria. E agora?"

Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)



O senador **Marcelo Crivella (PRB-RJ)** responde:

Você tem toda razão, Fábio. É realmente preocupante que recursos vultosos como estes aplicados na construção da Cidade da Música sejam utilizados em projetos nas áreas ricas do Rio de Janeiro, contribuindo, dessa forma, para aumentar ainda mais a desigualdade social e, com isso, agravando a violência em nosso estado. Essas duas situações estão intimamente ligadas, ou seja: quanto maior a distância entre ricos e pobres, a resposta virá na forma de violência, que tanto assusta a nossa população. O mais grave e constrangedor nessa obra tão cara está no fato de que ela foi concebida apenas com a intenção de homenagear uma pessoa, sem nenhum compromisso no sentido de mudar a situação que enfrentamos.

GERALDO MAGELA

Mais concorrência entre planos de saúde

A portabilidade de carências dos planos de saúde foi regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em janeiro e entrou em vigor na última quarta-feira, após 90 dias de prazo para a adaptação dos

planos privados de assistência à saúde às novas regras. Saiba, neste *Especial Cidadania*, como funciona esse mecanismo que permite ao consumidor maior liberdade de escolha e estimula a concorrência entre as operadoras.

Condições para trocar de operadora sem ter de cumprir carência

Mais de 7 milhões de beneficiários de planos individuais e familiares de assistência médica, com ou sem odontologia, e de planos exclusivamente odontológicos contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei 9.656/98 já podem mudar de operadora levando consigo as carências cumpridas. Mas quem não está satisfeito com a assistência prestada e quer trocar de plano precisa cumprir os seguintes requisitos:

– Estar em dia com a mensalidade. São exigidas cópias dos comprovantes de pagamento dos três últimos boletos vencidos.

– Estar há pelo menos dois anos na operadora de origem. O prazo é de três anos caso o beneficiário tenha doença ou lesão preexistente. A partir da segunda troca de operadora, o prazo de permanência passa a ser de dois anos para todos os beneficiários.

– Solicitar a portabilidade entre o período

de que vai do 1º dia do mês de aniversário do contrato até o último dia útil do mês subsequente.

– Haver equivalência entre o plano de destino e o de origem. A faixa de preço do plano de destino deve ser igual ou inferior à que se enquadra o plano de origem.

– Não considerar como plano de destino planos que estejam cancelados ou com comercialização suspensa.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) esclarece que a portabilidade de carências não poderá ser oferecida por operadoras em processo de alienação compulsória de sua carteira, em processo de oferta pública do cadastro de beneficiários ou em liquidação extrajudicial.

Na página da agência na internet, o consumidor pode consultar o Guia ANS de Planos de Saúde para verificar se seu contrato se enquadra em uma dessas hipóteses. O guia da ANS também permite cruzamento de dados para consulta

e comparação de mais de 5 mil planos de saúde comercializados por cerca de 900 operadoras em atuação no mercado brasileiro. O sistema eletrônico auxilia o

consumidor que vai se beneficiar com a portabilidade de carências e também facilita o acesso a informações para quem pretende contratar um plano de saúde.

Veja o passo a passo da portabilidade

- 1 Verifique se você preenche os requisitos para ter direito à portabilidade.
- 2 Consulte o Guia ANS de Planos de Saúde para localizar os planos compatíveis com o seu.
- 3 Dirija-se à operadora escolhida tendo em mão o relatório de planos compatíveis (pode ser impresso ao final da consulta sobre portabilidade no guia da ANS) e peça a proposta de adesão.
- 4 Apresente, no momento da assinatura da proposta de adesão, os documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos para a portabilidade. Para atestar o tempo de permanência na operadora de origem, pode ser apresentada cópia do contrato assinado, da proposta de adesão, declaração da operadora do plano de origem ou

outro documento.

5 Aguarde a resposta do plano de destino, que deverá ser dada em até 20 dias após a assinatura da proposta de adesão. O não envio de resposta da operadora dentro desse prazo implica a aceitação da portabilidade de carências. Nesse caso, a ANS recomenda que você faça novo contato para confirmação com a operadora e solicitação da carteirinha do plano.

6 Caso o beneficiário seja aceito, a vigência do contrato se iniciará após dez dias da aceitação ou o final do prazo de 20 dias.

7 Se não for aceito, o consumidor tem direito à devolução de valores eventualmente adiantados.

Regras para planos familiares

No caso de planos familiares, para que todos os beneficiários possam mudar de operadora, é necessário que eles atendam aos requisitos da portabilidade. Também é possível que qualquer integrante do contrato mude sozinho, caso em que se extinguem os vínculos apenas dos beneficiários que exerceram a portabilidade, mantendo-se o contrato para os outros beneficiários. Se o interessado em mudar de operadora for o titular do contrato, extingue-se apenas o seu vínculo de beneficiário: sua titularidade fica mantida e são preservados os demais vínculos do contrato do plano de origem.

Se um imprevisto de saúde acontecer...

Em caso de internação do consumidor que fez a proposta para mudar de operadora de plano de saúde, o prazo de dez dias para o início da vigência do contrato passa a correr somente após a ciência da data da alta da internação. O vínculo do beneficiário com o plano de origem é mantido até o fim desse prazo.

Fica a cargo da operadora do plano de origem a notificação do início da internação do beneficiário à operadora do plano de destino. A operadora do plano de origem deverá ainda comunicar a data da alta da internação do beneficiário à operadora do plano de destino no prazo de cinco dias a contar do conhecimento da alta, sem prejuízo da possibilidade de o próprio beneficiário fazer essa comunicação. Após a notificação da alta, o prazo de dez dias volta a correr e a operadora de destino deve comunicar o início de vigência do novo contrato ao beneficiário.

Empresas não podem cobrar preços diferenciados

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) proíbe que as operadoras cobrem custos adicionais pela utilização da portabilidade. O consumidor tem o direito, por exemplo, de solicitar à operadora do plano de origem documentos que comprovem o atendimento aos requisitos para que ele utilize a portabilidade.

A empresa deverá informar, dentro de dez dias, a data da inclusão do beneficiário ao plano de saúde, o número do registro da operadora e o número do registro do produto contratado.

Para definir planos equivalentes, serão usados os critérios de abrangência geográfica (nacional, estadual ou municipal), segmentação assistencial (ambulatorial, hospitalar, com ou sem odontologia), tipo de contratação, faixa de preços, entre outros.

Vigência dos contratos

Com a portabilidade de carências, o contrato do plano com a operadora de origem será extinto, devendo, no entanto, vigorar até as 24 horas do dia anterior ao início da vigência do contrato de destino.

As operadoras do plano de destino devem comunicar a data de início da vigência do contrato do novo plano, antes de sua ocorrência, à operadora do plano de origem e ao beneficiário.

O consumidor deve fazer o pagamento regular à operadora de origem até que o vínculo contratual seja extinto. O último pagamento pelo plano de origem deverá ser proporcional ao número de dias de cobertura do serviço.

Saiba mais

Agência Nacional de Saúde Suplementar
Avenida Augusto Severo, 84 – Glória
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20021-040
Disque ANS – 0800 701 9656
www.ans.gov.br

